

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Laura Hofstetter Zanatta

CAN WE? OBAMA E A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

SANTA MARIA, RS
2022

Laura Hofstetter Zanatta

CAN WE? OBAMA E A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais, do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Hendler

Santa Maria, RS
2022

Laura Hofstetter Zanatta

CAN WE? OBAMA E A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais, do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em 15 de agosto de 2022.

Bruno Hendler, Dr. (UFSM)
(Orientador)

Hermes Moreira Junior, Dr. (UFGD)
(Avaliador)

Júlio César Cossio Rodriguez, Dr. (UFSM)
(Avaliador)

Santa Maria, RS
2022

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo ao sistema público de educação, por garantir o meu acesso e o de tantos outros à educação pública, gratuita e de qualidade. Em tempos de ameaça a esta instituição, faz-se necessário evidenciar a importância da Universidade Pública para redução das profundas desigualdades que permeiam nossa sociedade.

Em segundo lugar, agradeço aos meus pais, Aline e Neinalvo, pelo sempre presente incentivo ao estudo e o apoio em todas as demais etapas da minha caminhada. Esta singela homenagem jamais será capaz de representar o tamanho da minha admiração e apreço por todo esforço e suor diário empreendido por vocês para que hoje eu possa estar traçando meu próprio caminho. Ao meu irmão, Lorenzo, também agradeço por ter me feito companhia e trazido descontração aos meus dias mais difíceis.

Agradeço também às minhas avós e meus tios e tias, por sempre me proporcionarem espaços de carinho e apoio durante estes anos de graduação. Aos meus avôs, que mesmo não fisicamente, estão sempre presentes em meus pensamentos e são inspiração diária para me tornar uma pessoa melhor.

Aos amigos e colegas de curso, com quem compartilhei as salas de aulas e muitas outras experiências que ficarão para sempre em minhas melhores memórias: Ana Karla, André, Anna Medina, Élen, Flávio, Jean, Júlia, Kevin, Matheus, Patrick, Pedro C. e Pedro F., Rafaella, Thais, Theo e Vitor.

Aos demais amigos que me acompanharam ao longo dessa jornada e sempre serão parte fundamental da minha história, em especial: Fabi, Gabriel, Jéssica, Júlia, Mari, Nena, Taynah e Vic.

Ao corpo docente de Relações Internacionais da UFSM, por terem feito parte da minha formação e por todo conhecimento transmitido ao longo desses cinco anos. Em especial, ao Professor Bruno, que me acompanhou ao longo da longa jornada de desenvolvimento desse trabalho e trouxe importantes contribuições em cada etapa dela.

Por fim, mas de nenhuma forma menos importante, ao meu fiel companheiro de todas as horas, Pedro, cujo apoio e conforto foram fundamentais para que esse trabalho fosse concluído. Obrigada por estar sempre presente e jamais me deixar desanimar ao longo dessa caminhada.

RESUMO

CAN WE? OBAMA E A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

AUTORA: Laura Hofstetter Zanatta

ORIENTADOR: Bruno Hendler

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a evolução da hegemonia norte-americana durante os dois mandatos do Presidente Barack Obama e compreender se a administração deste foi capaz de sustentar a centralidade dos Estados Unidos nas três esferas do tripé-hegemônico (econômica, político-militar e institucional). Para analisar o período, este estudo se debruça, em seu primeiro capítulo de desenvolvimento, nas contribuições de Immanuel Wallerstein para a teoria dos sistemas-mundo e nas de Giovanni Arrighi para a teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação, a fim de entender como se dão as dinâmicas entre os Estados de um mesmo sistema e as fases de um ciclo hegemônico, caracterizando brevemente as hegemônias observadas na história do sistema mundo moderno. No segundo capítulo são exploradas as bases da hegemonia norte-americana, desde sua ascensão, concomitante ao declínio da hegemonia britânica, até seu período de declínio, cujo início é apontado como sendo a década de 1970. No terceiro capítulo, são analisados indicadores referentes às três esferas de poder que formam o tripé hegemônico dos Estados Unidos durante o Governo Obama, a fim de se compreender se a tendência de declínio foi revertida ou agravada. Dessa forma, entende-se que, por mais que exista uma forte tendência de financeirização da economia norte-americana, e uma paralela diminuição na disparidade entre as capacidades dos Estados Unidos em relação ao seu potencial rival sistêmico, a China, o governo de Obama foi capaz de preservar a centralidade dos Estados Unidos no sistema-mundo capitalista, nas três esferas de poder analisadas.

Palavras-chave: Sistema-mundo moderno; Ciclos Sistêmicos de Acumulação; Ciclos Hegemônicos; Estados Unidos; Administração Obama.

ABSTRACT

CAN WE? OBAMA AND THE AMERICAN HEGEMONY

AUTHOR: Laura Hofstetter Zanatta

ADVISOR: Bruno Hendler

This research aims to analyze the evolution of the American hegemony during the two terms of Obama's office and comprehend if his administration was able to sustain the central place of the United States in the three spheres of the hegemonic tripod (economic, political-military, and institutional). To analyze the period, this study begins by looking at the contributions of Immanuel Wallerstein to the World-System theory and the contributions of Giovanni Arrighi to the Systemic Cycles of Accumulation theory, to understand how the dynamics between States in the same system are given and the different phases of a hegemonic cycle, briefly characterizing the observed hegemonies in the modern world system history. In the second chapter, the bases of the American hegemony are explored, from its rise in parallel to the fall of the British hegemony, till its fall's beginning, which is pointed as the 1970 decade. In the third chapter, we analyze the indicators regarding the three spheres of the hegemonic tripod of the United States under Obama's administration, to comprehend whether the declining trend has been reversed or sustained. Therefore, we understand that, as much as there is a strong tendency for the financialization of the American economy, and a parallel decrease in the disparity between the United States capabilities in relation to its potential systemic rival, China, the Obama administration was able to preserve the centrality of the United States in the capitalist world-system, in the three spheres of power analyzed.

Keywords: Modern World-System; Systemic Cycles of Accumulation; Hegemonic Cycles; United States; Obama Administration.

SUMÁRIO

| | | |
|---------------|--|----|
| 1. | INTRODUÇÃO | 8 |
| 2. | PERSPECTIVAS DO SISTEMA-MUNDO MODERNO | 11 |
| 2.1. | AS ORIGENS DA ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO E DO SISTEMA-MUNDO MODERNO | 11 |
| 2.2. | O CONCEITO GRAMSCIANO DE HEGEMONIA E SUA APLICAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERESTATAIS..... | 15 |
| 2.3. | OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E OS CICLOS HEGEMÔNICOS..... | 16 |
| 2.3.1. | Os ciclos sistêmicos de acumulação | 16 |
| 2.3.2. | Os longos séculos ou ciclos hegemônicos | 19 |
| 2.3.3. | As mudanças na aliança capital-Estado ao longo dos ciclos hegemônicos ... | 21 |
| 2.3.4. | Transições hegemônicas | 24 |
| 2.3.4.1. | Os agentes da transição hegemônica e a interdependência assimétrica | 25 |
| 3. | O LONGO SÉCULO AMERICANO | 28 |
| 3.1. | OUTONO DA HEGEMONIA INGLESA E ‘PRIMAVERA’ DA HEGEMONIA AMERICANA (1865-1945)..... | 28 |
| 3.2. | PLENA EXPANSÃO (1945-1973)..... | 32 |
| 3.3. | DECLÍNIO (1973-2008): EXPANSÃO FINANCEIRA E SUPEREXTENSÃO IMPERIAL | 35 |
| 3.3.1. | Crise sinalizadora | 35 |
| 3.3.2. | <i>Belle Époque</i> e ascensão do Leste Asiático | 37 |
| 3.3.3. | Crise terminal | 41 |
| 4. | BETTING ON AMERICA: OBAMA E O DESAFIO DA MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA HEGEMÔNICA | 46 |
| 4.1. | ASPECTO ECONÔMICO | 46 |
| 4.2. | ASPECTO MILITAR | 54 |
| 4.3. | ASPECTO NORMATIVO-INSTITUCIONAL..... | 60 |
| 5. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 63 |
| | REFERÊNCIAS | 66 |

1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970, aponta Arrighi (1996; 2001; 2008), começa a ser sentida uma crise na hegemonia dos Estados Unidos, em três diferentes – mas intimamente interligadas – esferas do tripé-hegemônico (a econômica, a militar e a normativo-institucional). Os altos custos da Guerra do Vietnã para a hegemonia norte-americana desencadearam o surgimento de hipóteses sobre a caracterização do momento como uma crise sinalizadora do Longo Século XX. A hipótese se fortalece quando, nos anos 1990 os Estados Unidos iniciam um forte processo de financeirização da sua economia e, na primeira década dos anos 2000, a Doutrina Bush acentua a crise, dando início a uma possível crise terminal da hegemonia norte-americana, com o início dos gastos com defesa relativos à Guerra ao Terror.

A fim de compreender quais foram os desdobramentos do processo supracitado durante os dois mandatos de Barack Obama, o presente trabalho questiona se os Estados Unidos foram capazes de manter centralidade econômica, a supremacia militar e a liderança ideológica, ou se sua hegemonia está mesmo em declínio. Para isso, propõe-se a explorar a evolução das três esferas do tripé-hegemônico durante a administração Obama e cumprir com os objetivos de verificar quais foram as evoluções em cada uma das três esferas.

A unidade de análise adotada para o desenvolvimento da pesquisa foi a do sistema-mundo moderno (WALLERSTEIN, 1974), com ênfase nos ciclos sistêmicos de acumulação, conceito desenvolvido por Giovanni Arrighi (1996), ao observar que, em cada fase do capitalismo histórico mundial, um Estado hegemônico, em aliança com determinados agentes capitalistas, se coloca como líder do capitalismo (“andar superior da economia”) (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 119). Esses agentes hegemônicos acabam por ter o papel de reorganizar o curso de desenvolvimento capitalista, tanto no âmbito interestatal, quanto no âmbito da economia-mundo do sistema-mundo moderno, possuindo, portanto, caráter sistêmico. Com isso, Arrighi busca analisar e compreender os processos de ascensão, auge e declínio das hegemônias mundiais, bem como o surgimento destes ciclos de acumulação de capital ao curso dos longos séculos.

Como uma primeira ferramenta para atingir o objetivo da pesquisa, explora-se, no primeiro capítulo do desenvolvimento, as origens da economia política dos sistemas-mundo e do sistema-mundo moderno como unidade de análise, buscando evitar a centralização da análise no papel do Estado e analisar o problema a partir de uma visão mais sistêmica, que valoriza a interdependência entre fatores externos e internos (WALLERSTEIN, 1974). São retomadas, ao

longo do capítulo, as hegemonias que, segundo Arrighi (1996), marcaram a história do sistema-mundo moderno, apontando suas principais características. Ao utilizar-se a perspectiva da longa duração, propõe-se a análise das estruturas, ou seja, tenta-se explorar os elementos que compõem uma realidade histórica, se tornando pilares, mas também obstáculos para determinadas experiências e processos que podem ou não acontecer. Estas estruturas não são tão fácil e rapidamente desgastadas, sendo, segundo Braudel, o tempo histórico mais eficiente para se analisar sistemas históricos complexos (BRAUDEL, 2009, pp. 173-178).

Ainda nesta seção, exploramos o conceito gramsciano de hegemonia, que entende esta como um conjunto de dois importantes aspectos: a dominação pura (coerção) e a liderança, interpretada como “a capacidade do grupo dominante de apresentar-se como portador de um interesse geral e de ser percebido assim” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 35). Num esforço de ampliação da capacidade de aplicação do conceito de Gramsci, cunhado para analisar as dinâmicas de poder entre grupos internos de um Estado, Arrighi e Silver (2001), buscam ressignificá-lo de modo que possa dar conta de explicar as dinâmicas de poder entre os Estados do sistema-mundo capitalista. A primeira seção é finalizada esclarecendo os conceitos de ciclos sistêmicos de acumulação e ciclos hegemônicos, de Arrighi (1996), importantes para a compreensão das fases de uma hegemonia mundial.

No segundo capítulo, como outra ferramenta para ajudar a compreender as bases da hegemonia norte-americana, buscamos compreender e identificar, em retrospectiva histórica, a partir da utilização da teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação como aporte teórico, como se deu o declínio da hegemonia da Grã-Bretanha em concomitância com a ascensão dos Estados Unidos como líder do sistema, bem como as fases de plena expansão e início do declínio relativo deste, percebido a partir da década de 1970 até o governo de George W. Bush.

Por fim, no último capítulo, analisamos os dois mandatos da administração de Barack Obama no importante desafio de manter os Estados Unidos em uma posição de liderança no sistema-mundo capitalista, no contexto dos inúmeros abalos gerados pelas políticas da Doutrina Bush. Para cumprir tal objetivo, focamos em compreender os principais fenômenos ocorridos nos anos de 2008 a 2016, relativos às três esferas do tripé-hegemônico: a econômica, a político-militar e a institucional, trazendo também comparativos com a China, vista a crescente interdependência sino-americana que toma destaque no século XXI, e a emergência do país asiático como principal rival econômico e estratégico dos Estados Unidos.

À luz do exposto, este trabalho se justifica por sua importância em aprofundar o debate acerca da importância dos esforços do Governo Obama em manter os Estados Unidos em

posição central no sistema-mundo capitalista. Contribui, ainda, na evolução do debate acerca da pertinência da utilização dos conceitos centrais das teorias dos sistemas-mundo e dos ciclos sistêmicos de acumulação, ao analisarmos a conjuntura do capitalismo mundial sob a hegemonia norte-americana.

2. PERSPECTIVAS DO SISTEMA-MUNDO MODERNO

2.1. AS ORIGENS DA ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO E DO SISTEMA-MUNDO MODERNO

O presente trabalho se fundamenta na teoria da economia política dos sistemas-mundo, desenvolvida inicialmente por Immanuel Wallerstein, quando da publicação do primeiro volume da sua obra “*The Modern World System*”, intitulada de “*Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*”, em meados dos anos 70. O que o autor buscava era tecer uma crítica às teorias já existentes, como por exemplo à Teoria da Dependência, da qual Wallerstein buscou superar algumas falhas identificadas por ele. O principal direcionamento de tais críticas, se dava quanto à unidade de análise utilizada, que era centralizada, majoritariamente, no papel do Estado e que gerava uma dicotomia referente a fatores externos e internos, enquanto Wallerstein sugeria uma análise sistêmica, visto que os existe uma interdependência entre os elementos externos e internos. Para tal, propõe a utilização de uma nova unidade de análise, denominada “sistema-mundo capitalista”, que possui a divisão de trabalho (que, por sua vez, segue as regras dos interesses capitalistas) como sua reprodução material, por conseguir transpor barreiras locais dadas pelas estruturas culturais e políticas, bem como econômicas, dentro dos sistemas sociais (ARIENTI; FILOMENO, 2007, pp. 102-103).

Wallerstein (1991) define que os sistemas-sociais podem ser caracterizados como minissistemas ou sistemas-mundo, sendo aqueles economias mais primitivas, que possuem uma centralidade política e cultural, implicando também em uma divisão do trabalho centralizada e estes como sendo sistemas mais complexos, tendo acabado por absorver os primeiros em diversos processos de expansão pelos quais passou ao longo do tempo, tornando-se os únicos sistemas sociais ainda existentes. Um sistema-mundo, por ser mais complexo, consegue comportar um conjunto de entidades políticas e sistemas culturas, tendo como alcance espacial sua base econômica-material. Dentro da caracterização de sistema-mundo, ainda existem duas subdivisões: as economias-mundo e os impérios-mundo (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 103).

Uma economia-mundo é composta por um conjunto de Estados politicamente fragmentados e culturalmente distintos, porém economicamente interdependentes através de uma divisão do trabalho que encontra unidade no mercado. Já os impérios-mundo são

compostos por grupos que, apesar de culturalmente distintos, são politicamente centralizados através de um governo que estabelece e controla a divisão do trabalho dentro do espaço estabelecido. Isso se dá através do controle da unidade política sobre a distribuição do excedente e do aparato burocrático, tornando estes instrumentos de dominação. (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 104).

O grande diferencial da caracterização destes sistemas desde o surgimento do capitalismo, é que historicamente, as economias-mundo possuíam uma tendência de serem absorvidas por impérios-mundo, tendência que foi quebrada com o surgimento do capitalismo, que permitiu uma autonomia das economias-mundo a partir da ascensão da Europa no século XVI e a intensificação da competição entre Estados combinada com a ausência de uma autoridade centralizada, e é conceituada como “sistema-mundo moderno”. Segundo Wallerstein a fraqueza do Império “residia no fato de que a burocracia tornada necessária pela estrutura política tendia a absorver uma parte excessiva dos lucros. especialmente quando a repressão e a exploração originavam revoltas que aumentavam as despesas militares” (WALLERSTEIN, 1974, p. 25). A economia-mundo então demonstrou-se mais eficiente ao possibilitar, através do capitalismo, “uma fonte de apropriação de excedentes alternativa e mais lucrativa” (WALLERSTEIN, 1974, p. 25), visto que o Estado deixa de ter um papel de empresa econômica, assim deixando de reter grande parte dos excedentes, e passa a ser apenas um meio de garantia dos direitos monopolistas.

Além da economia-mundo capitalista, outro componente do sistema-mundo moderno é o sistema interestatal de Estados. O sistema interestatal indica que “não há nenhum Estado nacional com poder de fazer uma centralização política e estabelecer um império-mundo” (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 110), porém, apesar de tal condição, existem Estados nacionais com maior capacidade de concentração e controle da distribuição de excedentes, que se utilizam de mecanismos de *soft e hard power*¹ para o sucesso da concentração de atividades centrais, ou seja, atividades que captam maior parcela dos excedentes gerados em todo processo de produção. Essa possibilidade de concentração de atividades centrais no território de determinado Estado, também o possibilita de possuir uma posição privilegiada na balança de poder e capacidade de reorganização da economia mundial.

Tais componentes supracitados – a economia mundo capitalista e o sistema interestatal – são as estruturas que, combinadas, possibilitaram o surgimento do sistema-mundo moderno,

¹ Nye (2004, p. 10): “[Soft Power] It is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments [Hard Power]”.

desde a ascensão da Europa no século XVI, demonstrando a grande interdependência entre os Estados nacionais e os agentes empresariais capitalistas. Segundo Arrighi (1996), existem quatro aspectos que podem ser identificados como as primeiras evidências do surgimento do sistema-mundo moderno, a partir da análise do sistema de cidades-Estado da Itália Setentrional (protagonizado por Veneza, Florença, Gênova e Milão) do século XVI. O primeiro seria a caracterização deste sistema como sendo “essencialmente capitalista de gestão do Estado e da guerra” (ARRIGHI, 1996, p. 37), com a presença de uma oligarquia mercantil detentora do poder estatal e, por consequência, responsável pelas decisões quanto a aquisições territoriais, que possuíam critérios de análise do custo-benefício, com o objetivo de maximizar a lucratividade do comércio de tal oligarquia. O segundo aspecto é o equilíbrio de poder que, segundo Arrighi (1996), foi essencial para o desenvolvimento capitalista, visto o alto custo da guerra para os Estados, que acabavam por não gerar benefícios ao desenvolvimento do capitalismo. O equilíbrio de poder gerou a possibilidade da redução dos custos de proteção.

O terceiro aspecto se refere ao processo de assalariamento da “indústria de produção de proteção” (Lane In Arrighi, 1996), fazendo com que parte das despesas de proteção se transformasse em receita. Em outras palavras, os soldados contratados gastavam seus soldos dentro do Estado, elevando a arrecadação de tributos, o que consequentemente possibilitava uma nova rodada de gastos militares. O quarto e último aspecto se refere à liderança dos governantes capitalistas quanto às emergentes redes de diplomacia permanente, o que proporcionou informações sobre as capacidades dos demais Estados, possibilitando a manipulação do equilíbrio de poder e a redução dos custos de proteção (ARRIGHI, 1996; pp. 37-39).

Fernand Braudel também teve forte influência na abordagem do Sistema Mundo, como a utilização do método da longa duração. Braudel (2009) afirma que todos os estudos de história fazem escolhas quanto a “realidades cronológicas”, de acordo com suas preferências. Segundo o autor, inicialmente, na história tradicional, é utilizado, recorrentemente, o tempo de “curta duração” (ou *episodic history*), que foca em eventos isolados, na vida cotidiana, não sendo suficiente para retratar a realidade histórica. A história política, quase em sua totalidade, se utiliza da curta duração, ao passo que foca, majoritariamente, em grandes eventos e decisões isoladas.

Como intermediária, se coloca a média duração, que se propõe a uma análise mais ampla, podendo abranger até meio século de história, assim sendo mais eficiente quando do estudo de ciclos econômicos ou sociais, por exemplo. Por último, podemos observar a “longa

duração”, que tende a se debruçar sobre tendências seculares. A longa duração se propõe a analisar as estruturas, ou seja, tenta explorar os elementos que compõe uma realidade histórica, se tornando pilares, mas também obstáculos para determinadas experiências e processos que podem ou não acontecer. Estas estruturas não são tão fácil e rapidamente desgastadas, sendo, segundo Braudel, o tempo histórico mais eficiente para se analisar sistemas históricos complexos (BRAUDEL, 2009, pp. 173-178).

Além desta contribuição, propõe também o esquema tripartido, que nasce sob a ótica da longa duração, ao observar como, sistematicamente, estas estruturas se preservam ao longo do tempo. O esquema tripartido se coloca como uma análise proposta a dividir a vida econômica na economia-mundo capitalista em 3 camadas: a vida material, como base, a economia de mercado, como intermediária e o capitalismo como a camada superior. A vida material é definida como a camada que se refere às atividades cotidianas, que não possuem valor de troca, atividades rotineiras e inconscientes, como a produção de bens para autoconsumo. A economia de mercado se refere às atividades que possuem valor de troca, como a produção para o mercado e compra de produtos do cotidiano. A economia de mercado atua conforme as variações das leis de oferta e demanda. (ARIENTI; FILOMENO, 2007, pp. 113-116)

A camada superior, chamada de capitalismo pelo autor, é composta de atividades mais complexas do que as trocas que constituem a economia de mercado, por serem mais sofisticadas e dominantes, no sentido de possuírem a possibilidade da utilização de mecanismos que permitam uma maior arrecadação dos excedentes. O capitalismo pode, também, ser caracterizado como sendo o contra-mercado, já que, segundo Braudel, a “lei da oferta e da procura é constantemente bloqueada e os constrangimentos provocados pela concorrência não se impõem, pois, a própria concorrência inexistente ou é contornada, cooptada ou conquistada” (CECILIO, 2012, p. 15).

Como nesta camada superior as forças de mercado são controladas, seus agentes podem desfrutar de lucros extraordinários, muito maiores do que os lucros normais que a economia de mercado pode oferecer. E o ponto-chave para criação destes espaços é o poder. Poder político, poder da informação exclusiva, poder de uma moeda forte, poder da abundância de crédito, ou seja, algum desnível, alguma desigualdade de condições que permita que a lógica de mercado seja curvada para o benefício de uma minoria (CECILIO, 2012, p. 15).

Já vistas as bases sobre as quais se fundamentou a economia política dos sistemas mundo, parte-se para a conceituação de hegemonias, que é peça chave para a introdução à contribuição de Giovanni Arrighi quando da discussão sobre ciclos sistêmicos de acumulação.

2.2. O CONCEITO GRAMSCIANO DE HEGEMONIA E SUA APLICAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERESTATAIS

O conceito e percepção de hegemônias é muito importante quando se fala no trabalho e obra de Giovanni Arrighi e sua principal contribuição para os estudos do sistema-mundo moderno: os ciclos sistêmicos de acumulação. A visão adotada pelo autor é baseada nas ideias de Antonio Gramsci, que olha para grupos sociais dentro de um mesmo Estado, porém podem ser adaptadas para se analisar as relações interestatais. A principal base do pensamento gramsciano está na importância de uma associação entre a dominação (que se mostra através da coerção) e da liderança que “repousa sobre a capacidade do grupo dominante de apresentar-se como portador de um interesse geral e de ser percebido assim” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 35).

Arrighi e Silver (2001), então, esclarecem essa definição utilizando o conceito de “deflação de poder”, de Talcott Parsons, que seriam situações em que “o controle governamental não pode ser exercido, a não ser pelo uso difundido ou ameaça do uso da força” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 36) e contrastando tal conceito com o da hegemonia de Gramsci, o tratando como uma espécie de “inflação de poder”, ou seja, quando os governantes transmitem credibilidade aos seus subordinados, fazendo parecer que buscam por um interesse geral e não particular, gerando assim, um poder adicional que é baseado na liderança. A liderança, porém, quando se desloca para o cenário interestatal, possui duas interpretações.

A primeira espécie de liderança é o caso no qual o Estado dominante atrai os demais para a sua via de desenvolvimento, tornando-se um modelo a ser seguido. Porém, na medida em que os demais seguem o seu modelo e se assemelham ao Estado dominante, acabam por deflacionar o poder deste por possuírem a capacidade de superar as características e monopólios até então exclusivas do Estado dominante, gerando instabilidade na ordem e aumento da competição interestatal.

A segunda espécie de liderança é quando o Estado dominante “conduz o *sistema* de nações em uma direção desejada e, ao fazê-lo é largamente percebido como buscando um interesse geral” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 36) e, assim, aumenta seu poder em relação a outrem. Arrighi e Silver buscam trazer esta percepção de liderança como a definidora das hegemônias mundiais. Neste modelo de liderança, se percebe o caráter “coletivo” de poder,

quando a cooperação entre diferentes atores possibilita o aumento de poder destes em relação a outros.

Percebe-se, portanto, que a hegemonia, como vista por Arrighi e Silver, precisa ser uma combinação de dois fatores: a dominação pura, coercitiva, o *hard power*, mas também a “liderança intelectual e moral” (Gramsci in Arrighi; Silver, 2001), o poder atrativo, o *soft power*, que promove uma percepção do dominante como portador de um interesse geral, bem como capacitado para garantir a ordem e a organização sistêmica, assim gerando credibilidade para si frente aos demais Estados e possibilitando um aumento de poder deste Estado. O aumento de poder necessita de duas condições básicas para acontecer. A primeira condição é a capacidade deste Estado de realmente se mostrar capaz de guiar os demais para um interesse geral, ao invés de interesses nacionais isolados, demonstrando uma capacidade efetiva e comprovada de governabilidade mundial. A segunda condição é que exista uma situação de caos sistêmico, em que seja percebida por todos a necessidade de um “líder” capaz de resolver os problemas de nível sistêmico. O conceito de caos sistêmico, nas palavras de Giovanni Arrighi e Beverly Silver, se refere à

Quando há uma escalada aguda da competição e dos conflitos que ultrapassa a capacidade reguladora das estruturas existentes, surgem nos interstícios novas estruturas de poder que desestabilizam ainda mais a configuração dominante de poder. A perturbação tende a reforçar a si mesma, ameaçando provocar, ou de fato provocando, um colapso completo na organização do sistema (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 42)

Como consequência dos momentos de caos sistêmico e a percepção da necessidade de um novo Estado hegemônico capaz de reorganizar o sistema e proporcionar a retomada da ordem, é que se inicia uma nova rodada de governança global e de acumulação de capital. Este assunto será tratado a partir da próxima seção.

2.3. OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E OS CICLOS HEGEMÔNICOS

2.3.1. Os ciclos sistêmicos de acumulação

Arrighi (1996), utilizando-se do conceito da acumulação de capital (Marx), desenvolve um novo conceito, intitulado de “ciclos sistêmicos de acumulação”, ao observar que, em cada fase do capitalismo histórico mundial, um Estado hegemônico, em aliança com determinados agentes capitalistas, se coloca como líder do capitalismo (“andar superior da economia”)

(ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 119). Esses agentes hegemônicos acabam por ter o papel de reorganizar o curso de desenvolvimento capitalista, tanto no âmbito interestatal, quanto no âmbito da economia-mundo do sistema-mundo moderno, possuindo, portanto, caráter sistêmico. Com isso, Arrighi busca analisar e compreender os processos de ascensão, auge e declínio das hegemonias mundiais, bem como o surgimento destes ciclos de acumulação de capital ao curso dos longos séculos. Arrighi coloca que:

O principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global na atualidade. (ARRIGHI, 1996, p. 10).

De Marx, o autor tomou como inspiração a fórmula geral de acumulação do capital: DMD'. Nessa fórmula, o "capital-dinheiro" (D) se refere à forma mais líquida do capital, que permite uma maior flexibilidade e o "capital-mercadoria" (M) se refere ao capital investido na produção, portanto possuindo menos liberdade de opções, porém visando o lucro. Já o D' é uma espécie de capital-dinheiro potencializado, somado de lucro, sendo assim, capaz de gerar uma flexibilidade ainda maior deste. Com isso, percebe-se que os agentes capitalistas tendem a preferir o capital em sua forma mais líquida, visto que investem em produção apenas para que possam obter mais liquidez (e com isso, mais flexibilidade e liberdade de escolha) no futuro. Esse movimento destinado à obtenção cada vez maior de liquidez, pôde ser observado por Arrighi em todas as quatro hegemonias analisadas por ele (a ibérico-genovesa, a holandesa, a britânica e a norte-americana).

Um padrão de alternância de épocas de expansão material (DM), com épocas de expansão financeira (MD') pode ser notado quando se aplica essa fórmula às referidas hegemonias e, segundo Arrighi, caracterizam um ciclo sistêmico de acumulação completo:

Nas fases de expansão material, o capital monetário "coloca em movimento" uma massa crescente de produtos [...]; nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário "liberta-se" de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (DD'). (ARRIGHI, 1996, p. 6).

As fases de expansão material são caracterizadas pelo auge das hegemonias. No decorrer dessa fase, as hegemonias são o centro das atividades produtivas, servindo de modelo para os demais atores capitalistas. Como centro, as hegemonias são capazes de introduzir inovações tanto no sistema interestatal, através de novas dinâmicas e organização do poder, quanto no modelo de acumulação, realizando-a pelo meio produtivo, que as garante taxas de lucro

extraordinárias. Com isso, suas atividades se tornam mais lucrativas por conta do caráter especial e único das hegemonias somado com a capacidade de reorganizar e guiar o sistema interestatal de acordo com o seu interesse.

Já as fases de expansão financeira coincidem com o declínio das hegemonias. Segundo Arrighi e Silver (2001, p. 40), a expansão financeira resulta de dois fatores interligados. O primeiro fator diz respeito à hiperacumulação de capital, que se refere à

[...] quando a acumulação de capital é muito superior à que pode ser reinvestida com lucro nos canais estabelecidos de comércio e produção, as organizações e indivíduos capitalistas reagem a ela retendo de forma líquida uma proporção crescente de seus rendimentos. Essa tendência cria uma massa de liquidez excessivamente abundante, que pode ser mobilizada, direta ou através de intermediários, na especulação e na tomada e concessão de empréstimos (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 41).

Esta primeira tendência gera uma sensação aparente de prosperidade para as hegemonias, quando, na verdade, é o “sinal de outono” delas. Essa ilusão se dá porque ao transferirem seus investimentos para a esfera financeira e especulativa, assumem a forma DD’, ou seja, dinheiro gerando mais dinheiro, o que gera uma sensação de sucesso. A lucratividade, porém, desta atividade baseada na esfera financeira, não é mais tão elevada quando em comparação com as atividades baseadas na esfera de comércio e produção. (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 77; HENDLER, 2013, p. 31)

Em segundo lugar, está o fator referente à tendência a uma intensa competição entre os demais Estados pelo capital circulante. Como o Estado hegemônico já não investe mais em inovações no sistema produtivo, concentrando-se, prioritariamente, em sua atuação no sistema financeiro, outros Estados - buscando seguir o modelo de desenvolvimento trilhado pelo agente hegemônico - passam a competir pelo capital circulante, a fim de iniciar uma nova rodada de expansão material e acumulação de capital. Com isso, geram-se novos centros de inovação, mais lucrativos, capazes de minar o caráter especial das hegemonias, com isso, enfraquecendo-as (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 41).

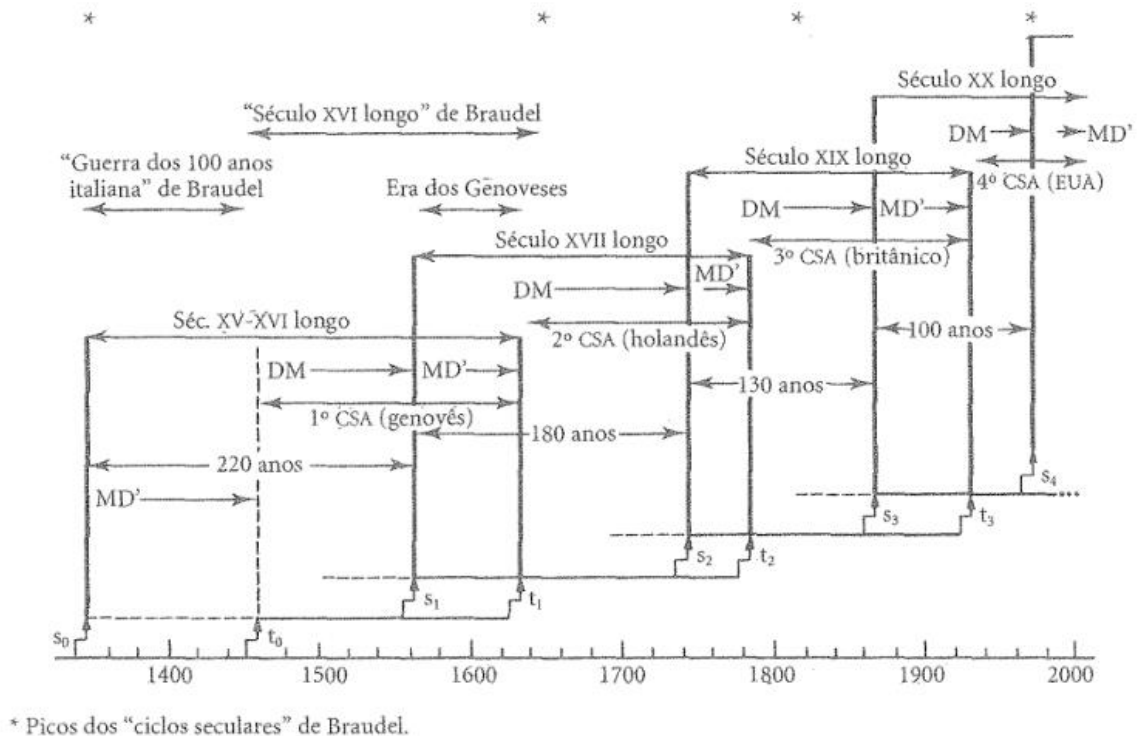
Seja pela incapacidade das estruturas existentes de regularem e controlarem os novos conflitos, ou seja, pelo surgimento de novas configurações de poder que acabam por desestabilizar ainda mais a ordem vigente (que já se encontra fragilizada), os períodos de expansão financeira, juntamente com outros fatores que serão discutidos no subcapítulo seguinte, corresponderam à conjuntura que possibilitou a ocorrência dos períodos de caos sistêmico. Nestes períodos, o sistema capitalista reorganizou-se sob uma nova liderança, consistindo os CSAs na esfera material das hegemonias, podendo ser percebidos os três últimos

centros econômicos mundiais, como também sendo as hegemonias mundiais modernas (HENDLER, 2012, p. 33).

2.3.2. Os longos séculos ou ciclos hegêmônicos

Arrighi (1996) se dedicou a analisar a história do capitalismo e identificar padrões nas sucessões hegêmônicas percebidas desde o surgimento do capitalismo. Adotou, como unidade temporal, os ciclos seculares de Braudel, percebida esta como a medida mais adequada para se compreender os processos de ascensão, plena expansão e eventual superação dos agentes e estruturas das hegemonias capitalistas. Apesar de utilizar como medida os “longos séculos”, estes ciclos não duram exatamente um século, podendo durar mais do que isso. Percebe-se, porém, que, ao longo do tempo, no decorrer do desenvolvimento capitalista, os ciclos duraram cada vez menos tempo, o que nos leva a concluir que a cada ciclo, o tempo necessário para a conclusão das três fases é menor. A Figura 1 explicita a duração e as fases de cada longo século, de acordo com Arrighi (1996, pp. 219-221).

Figura 1 — Séculos longos e ciclos sistêmicos de acumulação (CSA)



Fonte: ARRIGHI, 1996, p. 219.

Podemos perceber na Figura 1 que os ciclos se sobrepõem, isso se deve ao fato de que “em geral, o agente e as estruturas de acumulação típicos de cada estágio ascenderam à proeminência [...] durante a fase (MD’) de expansão financeira do estágio precedente” (ARRIGHI, 1996, p. 219), ou seja, o novo ciclo de acumulação se desenvolve quando o antigo se encontra em processo de expansão financeira, a qual sinaliza seu declínio. Pode-se notar também que a ascensão e o desenvolvimento deste novo ciclo se colocam como mais um “acelerador” do processo de declínio do antigo.

Inicialmente, em cada ciclo, percebe-se um momento de ascensão por meio da expansão material, que emerge do momento de expansão financeira do ciclo anterior, sendo ambos os processos contemporâneos, compondo a conjuntura do caos sistêmico. Após a conclusão do ciclo anterior e sua etapa final, o novo ciclo encontra-se em sua plena expansão e consolidação como hegemonia global e centro econômico. Este período de prosperidade dura até o ponto em que se identifica a chamada “crise sinalizadora”, representada na Figura 1 como S₁, S₂, S₃ e S₄. A partir da crise sinalizadora, inicia-se o deslocamento do capital do agente dominante do comércio e produção para o meio financeiro, sendo assim, o começo de sua expansão financeira, bem como o início do novo ciclo. A expansão financeira gera uma ilusão de prosperidade, quando, no entanto, é identificada como o “sinal de outono” da hegemonia, sendo esta apenas um prelúdio para a “crise terminal” (T₁, T₂ e T₃) de uma hegemonia e seu regime de acumulação, que representa o fim de um longo século, bem como a superação total deste regime, em prol de um novo.

De maneira concomitante ao decorrer das fases de cada ciclo, percebe-se a oscilação entre momentos de caos e governança. Nos momentos em que existe uma hegemonia estabelecida e consolidada, em seu momento de auge (ou plena expansão), o sistema-mundo tende a encontrar mais estabilidade, ao passo que existe um “líder” a frente do sistema internacional, um Estado capaz de “fundar e proteger uma ordem mundial que [...] [seja] universal em termos de concepção, [...] na qual a maioria possa considerá-la compatível com seus interesses” (COX, 1996, p. 117). Esse é o período em que se identifica a governança hegemônica.

Segundo Cox (1996, p. 119), uma hegemonia mundial se utiliza de mecanismos como normas e instituições para estabelecer o *modus operandi* para os demais Estados do sistema internacional, principalmente, ajudando na consolidação do modo de produção do Estado hegemônico. Com isso, o agente hegemônico consegue implantar um modelo de

desenvolvimento originado no interior deste e disseminá-lo para os demais, reorganizando o sistema-mundo, baseado nas suas estruturas domésticas. Esses mecanismos proporcionam ao sistema um momento “em que a paz social e as expansões materiais do comércio e da produção reforçam-se mutuamente” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 161), de maneira que haja uma maior sensação de “ordem” do que em momentos em que se observa a decorrência do caos sistêmico.

Por outro lado, em tempos de transição hegemônica e crises sistêmicas, o sistema internacional tende a se encontrar em caos sistêmico. Devido à escalada de conflitos sociais e rivalidades interestatais, causadas pela expansão financeira e eventual crise hegemônica, somadas ao surgimento de novas configurações de poder, determinadas a desafiar a ordem estabelecida, surge o caos e, assim, a necessidade de uma nova hegemonia capaz de oferecer soluções para as crises vigentes.

2.3.3. As mudanças na aliança capital-Estado ao longo dos ciclos hegemônicos

Em cada ciclo hegemônico, podem-se observar aspectos específicos na aliança capital-Estado. A cada reorganização do sistema interestatal sob uma diferente hegemonia, também é percebida uma reorganização nas relações capital-Estado, através do modelo empresarial criado por aquela hegemonia, com a tendência de essas empresas serem cada vez mais dependentes e mais perturbadoras do poder do Estado hegemônico (ARRIGHI; SILVER, 2001, pp. 107-108).

Esse modelo empresarial, é caracterizado por Arrighi; Silver (2001, p. 107) como uma tentativa de monopolização das atividades de alto valor agregado, que, ao longo do tempo, vão atraindo novos competidores para sua própria via de desenvolvimento, tornando-a não tão mais lucrativa como anteriormente, fazendo com que essa monopolização passe a ser dispendiosa e insustentável. Desta maneira, o ambiente se torna favorável ao surgimento de novas vias de desenvolvimento, mais lucrativas, podendo levar à formação de novos sistemas empresariais em novos aspirantes a hegemônias. “Mas cada um desses tipos de empresa o fez por uma via desenvolvimento que se afastava radicalmente das vias de seus predecessores globais e mantinha com o poder estatal uma relação diferente da que havia prevalecido com estes” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 107). Outro aspecto importante a ser analisado é o fato de que, a cada nova hegemonia, um novo custo foi internalizado, como mostra a figura 2. Os seguintes modelos podem ser observados no decorrer dos últimos longos séculos.

No ciclo genovês, podemos observar uma grande expansão de suas rotas comerciais, numa tentativa de derrotar seus concorrentes venezianos, para “os quatro cantos da economia

mundial europeia”, buscando também por mercados além de suas fronteiras geográficas, visando territórios da Ásia e África, fazendo com que a classe capitalista genovesa controlasse uma rede comercial e financeira cosmopolita sem precedentes (ARRIGHI, 1996, pp. 152-154). Por ser ainda uma cidade-Estado, com um território pequeno e poucos recursos para investir em proteção para suas redes comerciais, acabava por externalizar esse custo, contratando proteção das organizações territorialistas ibéricas.

Figura 2 — Padrão evolucionário do capitalismo mundial

| Organização governamental líder | Tipo de regime/ciclo | | Custos internalizados | | | |
|---------------------------------|----------------------|-----------------|-----------------------|----------|-----------|------------|
| | Extensivo | Intensivo | Proteção | Produção | Transação | Reprodução |
| Estado-Mundo | | Norte-Americano | Sim | Sim | Sim | Não |
| ↑ | | Britânico | Sim | Sim | Não | Não |
| Estado-Nação | | Holandês | Sim | Não | Não | Não |
| ↑ | | Genovês | Não | Não | Não | Não |
| Cidade-Estado | | | | | | |

Fonte: VIEIRA; VIEIRA; FILOMENO, 2012, p. 87 (com base em ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 61)

O preço dessa aliança ibero-genovesa foi o enfraquecimento “das aptidões de gestão do Estado e da guerra do governo genovês. Esse enfraquecimento [...], tornou o capitalismo (financeiro) cosmopolita genovês refém de tendências e aptidões territorialistas de seus aliados ibéricos” (ARRIGHI, 1996, p. 154). Assim, o limite do sistema genovês se encontrou na externalização dos custos de proteção, o que os tornou vulneráveis ao surgimento de um novo ciclo que, por sua vez, tivesse autonomia e controle de seus próprios custos de proteção.

Durante o longo século holandês, houve uma primazia das companhias de comércio holandesas, que eram “organizações empresariais a que os governos concediam privilégios exclusivos de comércio em determinadas áreas geográficas, bem como o direito de assumirem as funções bélicas e de gestão estatal” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 109). Essas organizações, a exemplo da conhecida VOC (Companhia Holandesa das Índias Orientais²), possuíam a força

² Do holandês: Verenigde Oost-Indische Compagnie.

necessária para agir coercitivamente a fim de garantir seus interesses, numa intensa conquista de mercados e territórios além-mar. O grande diferencial dos holandeses foi o fato de sempre atuarem em prol da maximização do lucro, ou seja, além de terem conseguido internalizar os custos de proteção, também puderam reduzir esses custos, atuando de maneira mais pragmática, evitando ao máximo os envolvimento que não pudessem gerar lucros. A conjugação dessa mentalidade capitalista e da capacidade de coerção outorgada às companhias de comércio fez com que os holandeses fossem capazes de monopolizar e controlar a oferta de especiarias provenientes da área do Oceano Índico (ARRIGHI, 1996, pp. 158-160).

Apesar do grande pragmatismo pregado pelos holandeses, que não pretendiam conquistar territórios que não pudessem lhes trazer lucros, suas ações acabaram por adquirir “muito mais territórios, de fato, do que os portugueses jamais haviam possuído” (PARRY, 1981, pp. 249-250 apud ARRIGHI, 1996, p. 160). Com a grande concentração de capital proveniente do império holandês, os centros administrativos das empresas sediadas em Amsterdam, passaram a expandir suas operações burocráticas, financeirizando as empresas e trazendo à cidade a primeira bolsa de valores da economia mundial. A grande lucratividade das ações gerou interesse em estrangeiros, principalmente ingleses, fazendo com que os excedentes das operações da VOC “transbordassem” para a Inglaterra, possibilitando, assim, o financiamento de novas operações, capazes de competir e, futuramente, suplantar as holandesas.

Os ingleses, por sua vez, souberam aproveitar as oportunidades geradas pelo capital holandês e, ao contrário dos dois modelos anteriores, focar seus esforços em expandir as redes internas de produção, complementando as redes de comércio exterior. Desta forma, os ingleses foram capazes de, não apenas internalizar os custos de proteção, mas também os custos de produção, por meio da Revolução Industrial, tendo autonomia para sustentar a demanda interna de bens manufaturados, bem como exportá-los, ficando conhecida como a “oficina do mundo”, o que proporcionou uma reorganização radical do sistema capitalista mundial, baseado em constantes inovações produtivas, tanto no modo de produção, quanto na tecnologia das novas máquinas (ARRIGHI, 1996, pp. 163-165).

As empresas familiares inglesas, portanto, só tinham espaço para crescer enquanto ainda existissem novos mercados, interessados em seus produtos, para explorar. No momento em que surgiram competidores à altura e a monopolização das atividades foi se disseminando, a Grã-Bretanha já não era mais o centro da produção mundial e, estagnada na sua própria via de desenvolvimento, passou a dar lugar para outros Estados, com práticas e ideias mais inovativas.

Os principais competidores que surgiram nessa disputa pela concentração das atividades de alto valor agregado foram os Estados Unidos e a Alemanha, através do modelo das grandes corporações. Apesar de possuírem intenções parecidas, visando lucros maiores para os empresários, sem necessidade de esforço excessivo por parte deles para conquistá-los, os dois seguiram vias distintas. Os alemães foram mais rápidos em adotar a prática da integração horizontal, ou seja, a fusão das atividades produtivas, compras e vendas entre diferentes empresas competidoras, de forma que as incertezas de mercado eram reduzidas e o lucro maior (ARRIGHI; SILVER, 2001, pp. 132-133).

Já os norte-americanos, avançaram no sentido da organização vertical, modelo que prevaleceu como principal método de organização empresarial. Segundo Hendler (2012, p. 52), “a grande inovação dos EUA foi a internalização dos custos de transação, ou seja, um modelo autocentrado – com fornecedores e mercados consumidores protegidos da concorrência externa e integrados por redes de transporte e comunicação instaladas dentro do território nacional”.

2.3.4. Transições hegemônicas

A crise da hegemonia estadunidense vem sendo notada, desde o final da década de 1960 e início da década de 1970, em três esferas distintas, que serão abordadas mais profundamente no próximo capítulo: militar, financeira e ideológica (ARRIGHI, 1996, p. 310). Nas entrelinhas destas três esferas, percebe-se que a sua função, como hegemonia, de fundar e proteger a ordem, se utilizando de instituições e normas para consolidar sua posição como dominante, se torna inviável por conta do enfraquecimento das próprias estruturas internas do Estado, estruturas estas que anteriormente haviam tornado possível a sua ascensão e consolidação como hegemonia mundial.

Historicamente, no moderno sistema mundial, existiu uma sobreposição entre o declínio de uma hegemonia e a ascensão de outra, sendo estes dois fenômenos correlacionados, fase que é denominada como sendo de transição hegemônica. Nota-se, a partir do final dos anos 1970, um maior protagonismo chinês no sistema interestatal. Este maior protagonismo e visibilidade é comumente atribuído à abertura e às reformas econômicas da China, a partir de 1978, na Era Deng, a partir das Quatro Modernizações, nas áreas da agricultura, indústria, ciência e tecnologia.

O objetivo desta subseção, portanto, é de identificar os agentes da presente transição hegemônica, bem como perceber como se dá a dinâmica de interdependência entre eles.

2.3.4.1. Os agentes da transição hegemônica e a interdependência assimétrica

Segundo Chase-Dunn (1998, p. 172), uma transição hegemônica se dá em um contexto de desequilíbrio no sistema internacional, em que a competição entre os Estados centrais é aumentada, até que se chegue a um momento de conflito generalizado, que abra espaço para a emergência de um novo Estado hegemônico. Podem-se identificar, dentro desta conjuntura, três agentes principais que protagonizam o processo de transição hegemônica, são eles: (A) um agente hegemônico em declínio que, desafiado por um agente emergente (B), se alia a outro agente emergente (C), a fim de neutralizar a ameaça de (B). Por fim, (A) e (C) são capazes de atenuar a ameaça de (B), porém, (A) já não possui mais a capacidade de liderar o sistema, abrindo espaço para que (C) desponte como a nova hegemonia mundial.

Apesar de este modelo desenvolvido por Chase-Dunn ter se mostrado coerente nas transições hegemônicas anteriores, nas quais se percebe nitidamente cada um dos agentes³, quando olhamos para a possível transição hegemônica entre Estados Unidos e China, não se percebem tão nitidamente os atores e processos envolvidos, da forma como caracterizados pelo autor. É natural que ao longo do tempo, a ordem internacional e seus processos não sejam idênticos. Deve-se levar em conta a contribuição da Sociologia Histórica para as Relações Internacionais, criticando as teorias dominantes dessa disciplina, pois percebe-se que:

[...] elas [as teorias dominantes das relações internacionais] apresentam o todo da história internacional como uma entidade estática, monolítica, que opera de acordo com uma lógica constante e eterna, tornando a mudança estrutural completamente obscurecida. O problema é que isso ignora o fato de que não existiu apenas um sistema internacional, mas vários, e todos são bastante diferentes, e todos são marcados por ritmos e tempos diferentes. Mas mais importante, o problema fundamental do *tempocentrismo* [a ação de analisar as estruturas como se não mudassem ao longo do tempo, fossem idênticas no passado e presente] é que ao construir sistemas estatais e atores como isomórficos através do tempo histórico mundial, *os teóricos falham em reconhecer a singularidade do presente sistema e conseqüentemente obscurecem algumas de suas características principais e constitutivas* (HOB DEN; HOBSON, 2002, p. 10)⁴.

³ A França napoleônica na transição Holanda-Inglaterra e a Alemanha nazista na transição Inglaterra-Estados Unidos.

⁴ Tradução nossa: "[...] it presents the whole of international history as a static, monolithic entity that operates according to a constant and timeless logic, such that structural change becomes entirely obscured. The problem here is that this ignores the fact that there has not been one international system but many, all of which are quite different, and all of which are marked by different rhythms or tempos. But more importantly, the fundamental problem with tempocentrism is that in constructing states systems and actors as isomorphic throughout world-historical time, *the theorist fails to recognise the uniqueness of the present system and simultaneously obscures some of its most fundamental or constitutive feature*".

Segundo Hendler (2012, pp. 36-37), o emergente revisionista (B), que ameaça a soberania da hegemonia dos Estados Unidos (A) e eleva os seus custos de proteção, não pode ser identificado como sendo um Estado ou uma organização específica, sendo observados inimigos variáveis ao longo do tempo. Estas ameaças revisionistas são, na maioria dos casos, criadas e/ou aumentadas pelo próprio agente hegemônico, visto que não teriam a capacidade efetiva de desestruturar a ordem mundial. Isso pode ser observado desde a década de 1970, quando se aumentam os gastos estadunidenses em defesa, decorrentes da Guerra do Vietnã, da Guerra nas Estrelas e da Guerra às Drogas, bem como posteriormente, a partir dos ataques do onze de setembro em 2001, quando a Guerra ao Terror passou a ocupar um espaço significativo no aumento dos gastos, especialmente na ocupação do Afeganistão (a partir de 2001) e do Iraque (a partir de 2003). Portanto, percebe-se a ameaça construída sobre o terrorismo islâmico como sendo uma espécie de agente revisionista, apesar de não se encaixar nos moldes percebidos no passado.

Essa elevação dos custos e das vulnerabilidades do agente hegemônico (o ator A no modelo de Chase-Dunn) leva a um enfraquecimento da ordem mundial construídas por ele, bem como acaba por abrir espaço e oportunidade para a ascensão de uma nova potência emergente (ator C), cuja ascensão é intimamente interligada com o declínio da potência hegemônica. A partir da análise do conceito de vulnerabilidade, é possível perceber a caracterização da China como emergente associado ao declínio dos Estados Unidos.

A ideia de interdependência complexa foi desenvolvida por Keohane e Nye (1977), com o objetivo de demonstrar a constante mudança de caráter na política internacional. O conceito surge como uma crítica à teoria realista das Relações Internacionais, por considerar apenas o Estado como ator legítimo e considerar a segurança militar como o objetivo dominante destes atores, sendo o uso da força sempre a solução mais efetiva na resolução de conflitos. Já dentro do conceito de interdependência complexa, começa-se a pensar no aumento da conectividade entre nações e sociedades, o aumento da complexidade dessas relações (não é mais viável justificar apenas poder militar e uso da força como principais temas da agenda internacional), bem como da ineficácia crescente da ameaça ou uso da força.

A interdependência, então, pode ser entendida como uma espécie de dependência mútua entre dois estados. Porém, essa dinâmica nunca é simétrica, tornando-se um recurso de poder. A parte menos dependente da relação possui uma fonte de poder, que só se mantém enquanto as duas partes considerarem válido o relacionamento (NYE, 2011, pp. 55-56).

Para se entender melhor as relações de poder geradas a partir desta assimetria, é preciso compreender duas dimensões que compõem tal conceito: sensibilidade e vulnerabilidade. A sensibilidade diz respeito aos custos gerados para um ator a partir de mudanças ocorridas em outro, quais são esses custos e quanto tempo é necessário para que o impacto das mudanças em um ator A, afetarem o ator B. A sensibilidade pode ser percebida a curto prazo, por se tratar de uma questão mais imediata (ex.: aumento do preço do petróleo e os custos que isso traria para um Estado)

A sensibilidade, porém, parte do pressuposto de que as estruturas do sistema permanecem as mesmas, o que nos leva ao conceito de vulnerabilidade, que admite uma mudança nas estruturas, sendo avaliado, então, qual seria o custo, para um Estado, de adaptar-se a uma nova realidade (KEOHANE; NYE, 1978, pp. 10-11). Ao contrário da sensibilidade, a vulnerabilidade pode ser percebida a longo prazo, por se tratar de uma possível mudança na estrutura (ex.: possibilidade de se buscarem novas fontes de fornecimento de energia e o quão custosa essa possibilidade seria). A vulnerabilidade diz respeito a capacidade de cada ator em dar respostas aos custos da interdependência e às mudanças que esta pode gerar.

Portanto, se os Estados A e B são sensíveis um ao outro na mesma medida, ambos podem obter benefícios desta relação. Porém, se o Estado A se demonstra mais capaz de reagir a custos impostos por B do que vice-versa, A pode ser considerado menos vulnerável que B e, portanto, garantir um excedente de poder dentro desta dinâmica de interdependência (KEOHANE; NYE, 1978, pp. 11-12; HENDLER, 2012, p. 38). Logo, a vulnerabilidade é a ferramenta de poder no mundo da interdependência complexa.

Assim, nos períodos de caos sistêmico é percebida uma inversão das vulnerabilidades. A hegemonia em declínio (A) e o emergente associado (C) tendem a tornar-se mais interdependentes, sendo que (C) torna-se gradualmente menos vulnerável a (A), que se torna cada vez mais vulnerável a (C), visto que (A) gradualmente vai perdendo suas vantagens competitivas por estar em um processo de expansão financeira, enquanto (C) vai se tornando um novo centro de inovação (industrial, empresarial etc.), capaz de reagir aos custos impostos pelo *hegemon* em declínio.

3. O LONGO SÉCULO AMERICANO

O presente capítulo tem como objetivo entender, sob a ótica da teoria dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, como se deram os processos de ascensão, plena expansão e possível declínio da hegemonia americana ao longo do século XX.

3.1 OUTONO DA HEGEMONIA INGLESA E ‘PRIMAVERA’ DA HEGEMONIA AMERICANA (1865-1945)

Como exposto no capítulo anterior, o período de ascensão de um novo agente hegemônico é concomitante ao declínio do agente hegemônico anterior. Tendo isto em vista, deve-se entender a estrutura que possibilitou a ascensão dos Estados Unidos e o início do “longo século XX”.

O declínio de uma hegemonia é resultado de uma expansão financeira sistêmica, que, por sua vez, é resultante de duas tendências complementares: a hiperacumulação de capital e a intensa competição entre os Estados pelo capital circulante, como já citado anteriormente, com base em Arrighi e Silver (2001, p. 40). Essas duas tendências podem ser identificadas quando se analisa o período que inicia na década de 1870 (crise sinalizadora) e só termina na década de 1930 (crise terminal).

Segundo Arrighi e Silver (2001, p. 74), a transição da hegemonia britânica para a hegemonia americana pode ser separada em três fases: a primeira fase corresponde à crise da hegemonia britânica sob o impacto da Grande Depressão de 1873-1896. A segunda fase corresponde à eclosão da Primeira Guerra Mundial, que acabou por iniciar a desintegração das estruturas da ordem mundial criada sob a hegemonia britânica. Por fim, a terceira fase é caracterizada pela construção da nova ordem mundial, baseada nas estruturas da Guerra Fria, com grande influência da Grande Depressão da década de 1930 e da Segunda Guerra Mundial.

Políticas protecionistas, como a disseminação do industrialismo e do imperialismo pela Europa, decorreram da desconfiança dos Estados europeus frente à Grande Depressão, no final do século XIX. A Grã-Bretanha havia perdido o seu posto de oficina do mundo, como consequência da industrialização de nações rivais europeias, mas acabou assumindo um novo papel: o de banco do mundo. Essa condição foi o “sinal de outono” da hegemonia inglesa, visto que caracterizou um período de expansão financeira, o que indicava o declínio da hegemonia (ARRIGHI; SILVER, 2001, pp. 76-78).

O capital acumulado na Grã-Bretanha era tanto, que não podia mais ser investido na expansão do comércio, levando então a seguir o caminho da agiotagem e da especulação, favorecido pela forte escalada ao poder entre nações europeias, que levaria à ocorrência da Primeira Guerra Mundial (ARRIGHI; SILVER, 2001, pp. 74-79).

Os Estados Unidos foram o país que captou a maior parcela desses investimentos, e aquele que deu aos investidores britânicos os maiores direitos sobre ativos estrangeiros e receitas futuras. Entre 1850 e 1914, o investimento externo e os empréstimos de longo prazo aos Estados Unidos somaram um total de US\$ 3 bilhões (ARRIGHI, 1996, p. 278).

A industrialização da guerra, particularmente, foi um grande determinante para o enfraquecimento da hegemonia britânica. Como demonstram Arrighi e Silver (2001, p. 93), a Grã-Bretanha, mesmo pioneira no processo de industrialização moderna,

“[...] não promoveu a aplicação das tecnologias da indústria moderna à guerra. [...] graças à sua capacidade industrial e financeira superior, a Grã-Bretanha, no auge da sua hegemonia, podia alcançar facilmente qualquer avanço técnico e suplantar seus rivais, em termos quantitativos, todas as vezes que mudava a base da competição nos armamentos. No entanto, [...] a Grã-Bretanha nunca se tornou líder na industrialização da guerra.”

O surgimento de novos complexos industriais militares poderosos demais para que a Grã-Bretanha os controlasse, minou sua política do equilíbrio de poder. A Alemanha, especialmente, se colocava como uma grande ofensora ao poder britânico por conta de sua forte presença continental na Europa e sua rápida escalada na industrialização. Entretanto, “a Alemanha não possuía nenhum domínio importante, nenhum novo território, com grandes áreas de economia não capitalista, ao qual pudesse estender o círculo de consumo para o capital, possibilitando o incremento da produção, i.e., a continuidade da acumulação” (BANDEIRA, 2019, p. 62).

Em matéria bélica, enquanto a Grã-Bretanha não se firmou como vanguarda no processo da industrialização militar, os Estados Unidos, após o fim da Guerra Civil (1861-1865), “puderam concentrar-se em fornecer aos europeus em luta recursos bélicos ou meios de produzi-los, com isso colhendo a maior parte dos lucros pecuniários e arcando com uma parcela reduzida do custo da industrialização da guerra” (ARRIGHI; SILVER, 2001, pp. 93-94), privilegiando-se de sua insularidade, que os apartava da conturbada dinâmica política europeia.

Em contrapartida, no continente americano, os Estados Unidos encontravam espaços para onde expandir seu mercado consumidor, bem como extrair matéria-prima. Para tanto, agiu

dentro de seu próprio território, ocupando e desenvolvendo economicamente de forma mais incisiva o meio-oeste, bem como para fora dele, o que fica claro na incorporação do Havaí (1898), e na consolidação do controle direto sobre Porto Rico, Cuba e Filipinas, ao fim da Guerra Hispano-Americana (1898) - neste último caso havia, ainda, o interesse de marcar de forma mais contundente sua presença nos mercados da Ásia Oriental (BANDEIRA, 2019, pp. 47-51).

A expansão da influência no continente americano se tornou também uma expressão do novo modelo empresarial que viria a ser consolidado pelos americanos, baseado na integração vertical. O grande exemplo disso é a *United Fruit Company* (UFCo), fundada em 1899, que possuía sua sede administrativa em Boston, mas cujas operações se estendiam por 11 territórios do continente americano⁵. Estima-se que, na Costa Rica, somente a UFCo representava 58% das exportações do país e empregava 12% da força de trabalho agrícola (MENDEZ-CHACON; VAN PATTEN, 2021, p. 7). Dessa maneira os Estados Unidos obtinham sucesso no processo de internalização dos custos de produção, ao mesmo tempo em que asseguravam fornecedores de matéria-prima barata e mercados consumidores de seus produtos.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha continuava a ocupar o lugar de banco do mundo, fornecendo empréstimos para seus aliados na Guerra. Por outro lado, se tornavam cada vez mais dependentes dos Estados Unidos, “que vinham fornecendo bilhões de dólares em munição e alimentos aos Aliados, mas em contrapartida precisavam de poucas mercadorias” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 86).

De fato, os Estados Unidos, que deviam a Europa cerca de US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões, antes de 1914, liquidaram sua dívida, com as exportações de 2 anos, e emergiram da guerra, em 1918, não somente como o maior credor mundial, mas também como credor de governos estrangeiros. Os créditos que concederam somavam cerca de US\$ 25 bilhões. E, de um total nominal de US\$ 28 bilhões dos débitos entre os aliados, [...] cerca de 4,7 bilhões eram devidos pela Grã-Bretanha. [...] Assim, com a Alemanha derrotada, os Estados Unidos sobrepujaram tanto econômica quanto politicamente a Grã-Bretanha (BANDEIRA, 2019, p. 88).

Inicia-se, então, a Primeira Guerra Mundial, um período de caos sistêmico, visto que se percebe uma “escalada aguda da competição e dos conflitos que ultrapassa a capacidade reguladora das estruturas existentes, surgem nos interstícios novas estruturas de poder que desestabilizam ainda mais a configuração dominante de poder” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 42). Mesmo com a expansão territorial do império britânico no pós Primeira Guerra Mundial,

⁵ Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá e República Dominicana.

tal modelo tornara-se custoso demais, o que justifica seu desmantelamento nas décadas seguintes (ARRIGHI, 1996, p. 179), sendo concluído com o início da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos entram em sua fase de plena expansão.

No pós-guerra, os Estados Unidos, por se localizarem distantes do epicentro da guerra (Europa), não tiveram perdas materiais significativas, quando em comparação com as potências europeias da época. Com isso, ao passo que as potências europeias estavam tentando se reerguer na década de 1920, os Estados Unidos conseguiam manter um ritmo rápido de crescimento da sua indústria, indicando o início próximo de uma nova rodada de expansão material.

Braudel (apud ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 84), defende que “qualquer cidade que se esteja tornando ou tenha-se tornado o centro da economia mundial é o primeiro lugar em que aparecem os movimentos sísmicos do sistema e, posteriormente, o primeiro a realmente se curar deles”. Tal ideia corrobora com o fato de que, com a crise de superprodução em 1929, os Estados Unidos não tenham sido os maiores prejudicados, mesmo se encontrando no epicentro da crise. As consequências mais duras vieram para a Grã-Bretanha, que “com a ascensão do modelo norte-americano de grandes corporações e o retorno do protecionismo mundo afora, deixara de estar na vanguarda tecnológica industrial” (HENDLER, 2012, p. 59), além do “colapso do padrão ouro, no que se refere à libra esterlina, em 1931, [que] marcou a crise terminal da dominação britânica sobre o capital do mundo” (ARRIGHI, 1996, p 179).

Dessa forma, o liberalismo econômico-comercial que deu base para a gestão britânica sob as finanças mundiais, deu lugar à projetos introspectivos de nacionalismos econômicos. “As metas internas de bem-estar social e as rivalidades entre os países tornaram-se mais importantes do que as normas internacionais, o que tornou a cooperação impossível” (Oye, 1983 apud GILPIN, 2002, p. 151). Surgiam, favorecidas pela conjuntura de caos sistêmico e da falta de uma liderança hegemônica, ideologias não-liberais e divergências de interesses nacionais, que levariam ao colapso da economia mundial liberal e foi nesta onda que Alemanha, Itália e Japão encontraram espaços que possibilitavam a tentativa de criação de impérios autárquicos e ideologias extremistas (GILPIN, 2002, pp. 151-152).

No caso específico dos Estados Unidos, tal tendência materializou-se no projeto rooseveltiano do *New Deal*. O *New Deal* possibilitou aos Estados Unidos uma superação da crise de 29, “mediante a realização de obras públicas e outros programas, sobretudo armamentistas” (BANDEIRA, 2019, p. 101) e promoveu também uma “rápida expansão industrial, como parte do esforço de superar as crises políticas causadas pelo fracasso do sistema

de mercado, em particular pelo desemprego em massa” (Polanyi, 1957 apud ARRIGHI; SILVER, 2001, p 206).

Em compensação, a diminuição das taxas de desemprego e a rápida expansão industrial, trouxeram consigo também uma nova escalada das rivalidades interimperialistas, decorrentes da busca por novos mercados e novas fontes de matéria-prima. Assim, iniciou-se a Segunda Guerra Mundial, que viria para alterar de vez o centro do sistema mundial capitalista para os Estados Unidos, impulsionado pelos gastos governamentais elevados durante e depois da Segunda Guerra Mundial (ARRIGHI; SILVER, 2001, pp. 146; 206).

3.2 PLENA EXPANSÃO (1945-1973)

“Muito antes de terminar a guerra, porém, os Estados Unidos, em entendimento com a Grã-Bretanha, já cuidavam de implantar a ordem econômica e política mundial, planejada para o pós-guerra, sob sua hegemonia” (BANDEIRA, 2019, p. 135). Como apontam Arrighi e Silver (2001, p. 90), essa nova ordem mundial, liderada pela hegemonia americana, era sustentada por um tripé político-econômico-militar. Essa reorganização do sistema-mundial, baseou-se em suas estruturas domésticas e, desta maneira, estabeleceu o *modus operandi* dos demais Estados deste, fazendo uso de normas e instituições que atendiam e universalizavam seus interesses, o que vai ao encontro da ideia de hegemonia defendida por Cox (1996), abordada anteriormente (ver seção 1.3.2).

Na esfera política, os Estados Unidos consolidaram sua liderança através de uma instituição que tinha por objetivo a consolidação e a manutenção da paz: a Organização das Nações Unidas (ONU) (1945). Trazendo a herança da Liga das Nações, esta nova organização ficava responsável por propor novas regras e normas que legitimassem a condução e estruturação do Estado - abandonando a lógica vigilante em prol do projeto de bem-estar social (HENDLER, 2012, p. 63) - e da guerra (BANDEIRA, 2019, p. 137; ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 90).

A configuração dessa nova organização, seus órgãos deliberativos e representativos, bem como a carta que conteria as diretrizes a serem seguidas por seus membros, foram esboçadas pelos *four policemen* (Estados Unidos, Grã-Bretanha, União Soviética e China) em Dumbarton Oaks, em meados de 1944. Sua consolidação veio apenas em Yalta, em fevereiro de 1945, quando os *big three* (Roosevelt, Stalin e Churchill) sancionaram a seleção de membros

do Conselho de Segurança que teriam poder de veto: os *four policemen* e a França após o reconhecimento de De Gaulle pelos Estados Unidos (BANDEIRA, 2019, pp. 137-138).

Na esfera econômica, a Conferência de Bretton Woods (1944) tinha por objetivo “criar uma ordem econômica mundial estável. [...] onde os governos tivessem considerável liberdade de perseguir objetivos econômicos nacionais, mas cuja ordem monetária se baseava em taxas de câmbio fixas para impedir depreciações competitivas com seus efeitos destrutivos” (GILPIN, 2002, p. 153). Para tal fim, foram criadas 2 instituições: o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), responsável por “apoiar a reconstrução e desenvolvimento dos países-membro e [...] promover o equilíbrio nos balanços de pagamento” (BANDEIRA, 2019, p. 137) e o FMI (Fundo Monetário Internacional), com o objetivo de garantir uma vigilância do funcionamento do sistema monetário internacional.

Por fim, no que diz respeito ao aspecto militar, “em Hiroshima e Nagasaki, novos recursos de violência demonstraram os alicerces militares da nova ordem” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 90), não apenas com a finalidade de adiantar o fim do conflito, mas também de

intimidar a União Soviética, para que os Estados Unidos negociassem com ela a partir de uma posição de força. Ele [Truman] não estava disposto a conciliar. E o emprego da bomba atômica contra Hiroshima e Nagasaki não apenas assinalou o fim da Segunda Guerra Mundial. Constituiu o momento inicial da confrontação Leste-Oeste” (BANDEIRA, 2019, p. 140).

Intimidar a União Soviética ao utilizar as bombas atômicas no Japão não era, no entanto, suficiente para garantir os interesses do governo americano e de sua base econômica. O passo seguinte foi mostrar o avanço do comunismo como uma ameaça global a ser combatida. Nesse sentido, “Truman transformou a visão ‘unimundista’ que Roosevelt tinha da hegemonia norte-americana - uma visão que almejava inserir a URSS na tratativa da nova ordem - em uma política de contenção ‘livremundista’ voltada contra a URSS” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 97). Dessa forma, estabeleceu-se a visão de que “enquanto o capital excedente permanecesse estagnado nos Estados Unidos e em seus quintais regionais [...], o caos continuaria em escalada na Eurásia, criando um terreno fértil para a tomada de poder por forças revolucionárias” (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 97).

É nesse contexto que são formulados planos de reconstrução material para diversas partes do globo, sendo o Plano Marshall o principal exemplo. Estimativas de Ludwig Erhard, ministro da Economia da República Federal da Alemanha de Konrad Adenauer, citadas por Bandeira (2019, p. 153), mostram que “os Estados Unidos, a título de ajuda econômica,

aplicaram nos países da Europa Ocidental, entre 1945 e 1952, o montante de US\$ 32 bilhões”. O grande aporte utilizado na reconstrução europeia não significou apenas despesas para os Estados Unidos. Enxergava-se com o Plano Marshall mais uma oportunidade de expandir as fronteiras do capitalismo americano, ao se criar “um espaço político-econômico suficientemente grande para permitir que capital de corporações norte-americano remoçasse em uma segunda juventude do outro lado do Atlântico” (ARRIGHI; SILVER, 2001, pp. 148-149).

Aliado à reconstrução material e econômica das áreas prioritárias da ação externa americana, estava a necessidade de se estabelecer uma ampla rede de bases e alianças militares, capazes de dissuadir potenciais ações e intervenções soviéticas. A ocupação e a manutenção do Japão como protetorado americano no pós-guerra são ilustrativas desse processo. A partir dali os Estados Unidos podiam - e assim o fizeram, no caso da Guerra da Coreia (1950-1953) - responder rapidamente a quaisquer ameaças aos seus interesses no Sudeste e Leste Asiático (WATANABE, 2015, pp. 96-115).

Além disso, diversos tratados e alianças militares formais foram estabelecidas entre o fim da década de 1940 e o início da década de 1950. O destaque desse processo foi a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que reunia os principais aliados americanos e estabelecia uma rede de proteção dos interesses do mundo capitalista na Europa Ocidental. O binômio Plano Marshall e OTAN, complementava-se no sentido de que

A doutrina de *containment* só seria mais viável e eficaz se os Estados Unidos colaborassem com a recuperação econômica da Europa, de modo a superar a ameaça revolucionária [...] e permitir que a Alemanha, como ‘a maior potência industrial’ do continente, e outros países pudessem não apenas recompor e manter suas Forças Armadas, mas assumir, pelo menos em parte, as despesas de estacionamento das tropas americanas em seu território. Assim pouparia o *taxpayer* americano de maiores encargos financeiros (BANDEIRA, 2019, p. 153).

Além da Europa Ocidental, outras regiões do globo também foram alvo dessa ação:

foram celebrados o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR); acordos especiais com o Canadá; o Tratado de ANZUS com Austrália e Nova Zelândia, a criação da OTASE com países da orla leste asiática; e o Pacto de Bagdá, que daria origem ao arranjo de defesa do Oriente Médio conhecido como CENTO (HENDLER, 2012, pp. 62-63).

O estabelecimento do tripé político-econômico-militar do sistema pós-Segunda Guerra Mundial, marca, portanto, a plena expansão da hegemonia norte-americana. Foi esse tripé que sustentou a “Era de Ouro do Capitalismo das décadas de 1950 e 1960” (ARRIGHI; SILVER,

2001, p. 97) e marcou uma nova fase de expansão material do capitalismo, durante a qual “o capital excedente foi reinvestido no comércio e na produção de mercadorias, em escala suficientemente maciça para criar as condições de uma cooperação e uma divisão de trabalho renovadas, dentro e entre as distintas organizações [...] da economia mundial capitalista” (ARRIGHI, 1996, p. 308).

De um lado, os planos de assistência e recuperação econômica criaram as bases para a expansão dos investimentos e da ação direta de empresas americanas em mercados de potencial gigantesco, como os casos da Europa Ocidental e do Japão, possibilitando um contexto favorável à reconstrução desses centros no pós-guerra como mercados fortes e estáveis (ARRIGHI, 1996, p. 306). Por outro lado, complementando essa primeira tendência,

“a ajuda militar a governos estrangeiros e os gastos militares diretos dos Estados Unidos no exterior - ambos os quais aumentaram constantemente entre 1950 e 1958, e novamente entre 1964 e 1973 - forneceram à economia mundial toda a liquidez de que ela precisava para se expandir. E, com o governo norte-americano agindo como um banco central mundial extremamente permissivo, o comércio e a produção mundiais se expandiram, de fato, numa velocidade sem precedentes” (ARRIGHI, 1996, p. 307).

Tal expansão material, acabou resultando em um aumento das pressões competitivas entre Estados do sistema e uma retirada maciça o capital monetário do comércio e da produção (ARRIGHI, 1996, p. 308), desencadeando uma nova rodada de expansão financeira.

3.3. DECLÍNIO (1973-2008): EXPANSÃO FINANCEIRA E SUPEREXTENSÃO IMPERIAL

Como citado anteriormente, essa expansão material sem precedentes acabou por aumentar as pressões competitivas entre os Estados centrais do sistema, provocando um consequente declínio dos lucros das empresas capitalistas, que levaram a uma rápida aceleração da inflação e uma crescente desordem monetária na década de 1970 (ARRIGHI, 1996, p. 324). Desta forma, começa a ser sentida a crise sinalizadora, primeira fase da expansão financeira da hegemonia e da lucratividade norte-americana.

3.3.1. Crise sinalizadora

A crise começa a ser sentida, no período de 1968-1973, em 3 esferas distintas, sendo uma delas a financeira, caracterizada pelo colapso do sistema de Bretton-Woods e a grande desvalorização do dólar. As outras duas são a militar e a ideológica. Na esfera militar, as complicações relacionadas aos elevados custos da Guerra do Vietnã (tanto materiais quanto humanos), na qual os Estados Unidos, apesar de seu poderio militar superior, não conseguiram prevalecer e, na ideológica, quando “a cruzada anticomunista do governo norte-americano começou a perder legitimidade no país e no exterior” (ARRIGHI, 1996, p. 310).

Considerando o fato de que o principal motor do processo de expansão material foi a internacionalização das grandes corporações dos Estados Unidos, através do investimento externo direto, principalmente na Europa Ocidental e no Japão, entende-se também, o aumento da interdependência econômica mundial, tendo suas bases no sistema de Bretton-Woods. Desta forma, a economia dos Estados Unidos tornou-se o principal motor do desenvolvimento mundial, de forma que o crescimento econômico do mundo dependia do crescimento econômico dos Estados Unidos, assim como o processo inverso também se provava verdadeiro — se o crescimento dos Estados Unidos diminuía, o mesmo acontecia com o resto do mundo, fenômeno que, segundo Gilpin (2002, p. 154) viria a ser a ruína do próprio sistema de Bretton Woods.

Da mesma forma que crescia a interdependência, crescia a competição mundial pelo capital circulante e, conseqüentemente, caía a lucratividade das empresas. Tal queda de lucratividade, somada aos altos custos da Guerra do Vietnã, tornava insustentável o sistema de câmbio fixo, fazendo com que Nixon, em 1971, desse o pontapé inicial para o desmantelamento de Bretton-Woods, quebrando a paridade dólar-ouro e elevando a emissão de dólares, visto que agora não precisavam mais manter o lastro em ouro. A consequência veio através de uma crise inflacionária grave, que trouxe consigo uma profunda desvalorização do dólar.

Ainda na década de 1970, como mais um reflexo da perda de credibilidade dos Estados Unidos como polícia do mundo e como protetor do sistema monetário, os governos de Terceiro Mundo começaram a “adotar uma postura mais agressiva na negociação do preço das matérias-primas industriais, principalmente petróleo” (ARRIGHI, 2008, p. 168). Seguindo essa tendência e, combinado à derrota no Vietnã e o apoio ocidental à Israel na Guerra do Yom Kippur, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) como forma de proteger seus membros da depreciação do dólar, optou por um aumento expressivo no preço do petróleo, praticamente o quadruplicando em poucos meses (ARRIGHI, 2008, p. 168)

A política monetária dos Estados Unidos dos anos 1970 fracassou ao ter tentado dar continuidade à expansão material da economia mundial capitalista, visto que era este fenômeno o responsável pela crise de aumento de custo, pelos riscos e pelas incertezas que despontaram no período.

Não surpreende que somente uma fração da liquidez criada pelas autoridades monetárias norte-americanas tenha ido para novas instalações de comércio e de produção. A maior parte seguiu para a oferta de dinheiro extraterritorial, que se multiplicou várias vezes com os mecanismos de criação de dinheiro entre bancos privados e prontamente ressurgiu no mercado mundial para competir alguns dólares emitidos pela Federal Reserve (ARRIGHI, 2008, p. 169).

A solução encontrada pelo governo norte-americano parar de competir com a crescente oferta privada de liquidez, foi a chamada contrarrevolução monetarista. Tal processo foi caracterizado por um deslocamento dos Estados Unidos para o lado da demanda na expansão financeira em andamento, saindo do lado da oferta.

O governo norte-americano parou de alimentar o sistema com liquidez [...], começou a competir agressivamente pelo capital no mundo todo, com taxas de juros altíssimas, incentivos fiscais, aumento da liberdade de ação para produtores e especuladores capitalistas e, quando se materializaram os benefícios da nova política, a valorização do dólar, o que provocou o redirecionamento maciço do fluxo de capital na direção dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2008, p. 170).

Esse processo deu origem à *belle époque* da hegemonia norte-americana, quando nas décadas de 1980 e 1990, fase caracterizada por uma reflução da riqueza e do poder norte-americanos.

3.3.2. Belle Époque e ascensão do Leste Asiático

Após o período da crise sinalizadora da hegemonia norte americana, à semelhança das hegemonias anteriores, surgiu a sua *belle époque*. Nas décadas de 1980 e 1990, e em especial após o colapso da União Soviética (1991), os Estados Unidos viveram um período de aparente prosperidade e superação das crises da década anterior, o que condicionou a tese de Fukuyama (1989) acerca do “fim da história” com a incontestável vitória dos valores liberais-capitalistas. Todavia, as ações e medidas que possibilitaram tal prosperidade, não eram sustentáveis a longo prazo, trazendo a crise terminal de maneira precipitada a partir de 2001, tendo como estopim a reação do governo Bush frente aos atentados do 11 de setembro.

No último ano do governo Carter e nos primeiros anos do governo Reagan, foram traçadas estratégias que tinham por objetivo reestabelecer a confiança no dólar e centralizar

novamente o dinheiro mundial sob controle privado nos Estados Unidos. Segundo Arrighi (1996, pp. 327-328), cinco principais medidas foram tomadas para atingir tais objetivos:

- a) Redução da oferta monetária, abandonando a frouxidão que caracterizada o sistema monetário americano durante o período da Guerra Fria;
- b) Elevação nas taxas de juros, possibilitando o governo americano a competir de maneira mais agressiva pelo capital circulante;
- c) Incentivos pecuniários que possibilitavam uma maior liberdade de ação à elite financeira nova-iorquina na década de 80, de forma que fosse incentivada a centralização do capital circulante em Nova York, em detrimento de Londres;
- d) Com o propósito de equilibrar o orçamento federal, Regan aumentou da dívida pública em 4 vezes, transformando os Estados Unidos de principais credores a principais devedores do mundo;
- e) O aumento da dívida pública veio associado a uma escalada da Guerra Fria (materializada principalmente na Iniciativa de Defesa Estratégica), mas também com a série de exibições militares em países “inamistosos” do Terceiro Mundo, tais como Nicarágua (1979), Granada (1983), Líbia (1986), Panamá (1989) e Iraque (1990-91), escancarando o caráter imperialista adotado na política externa norte-americana pós-Guerra do Vietnã.

Ademais, por meio do Acordo Plaza de 1985, que desvalorizou o dólar em relação ao iene japonês e ao marco alemão, os EUA buscaram reduzir o déficit em conta corrente e se reerguer da recessão. Embora o déficit comercial com a Europa Ocidental tenha diminuído, o acordo falhou em reduzir o déficit comercial com o Japão devido a condições estruturais como a alta produtividade japonesa e as restrições desse país às importações (SILVA, 2012, pp. 164-165, apud HENDLER, 2012, p. 69).

Tais medidas acabaram por possibilitar um período de crescimento econômico importante para os Estados Unidos, mesmo que fugaz. A fugacidade está estreitamente relacionada com as medidas “d” e “e” citadas acima, ilustrando o endividamento na Era Reagan e o aumento sem precedentes dos gastos com a defesa. Estas práticas, viriam a se provar insustentáveis, já que não havia esforço algum para se reduzirem os custos internos, gerando um grave e duradouro déficit orçamentário, de forma que Estados Unidos se tornassem dependentes do financiamento de outros países, sendo os principais deles alguns membros da OPEP (em especial a Arábia Saudita), a Alemanha Ocidental e, ocupando lugar de destaque, o Japão, sendo este último o principal responsável por viabilizar o estímulo do consumo interno

e a expressiva expansão militar norte-americanas, mascarando o inevitável declínio econômico emergente (GILPIN, 2002, p. 363).

A bolha da internet, que se formou em meados dos anos 1990 e só foi estourar no início dos anos 2000, também contribuiu para essa sensação de ascensão rápida. Com a explosão do uso da internet, empresas de tecnologia, mídia e telecomunicações começaram a abrir seu capital, através de uma oferta pública inicial (IPO). Desta forma, os investimentos em tecnologia cresceram de maneira bastante acelerada, mas bastante virtual, não tendo tal valor e lucratividade real na economia, o que começava a preocupar as autoridades financeiras dos Estados Unidos (PANKO, 2008, p. 184).

In 1999, the U.S. Federal Reserve Board under Alan Greenspan began to increase interest rates. The Fed increased the prime rate six times, beginning in July 1999, raising it from 8 to 9.5%. Although the last two increases came after the NASDAQ bubble peaked, it was clear to investors that expected returns from investments had to increase. That could only happen if stock prices fell. The NASDAQ continued to grow until 10 March 2000, when the NASDAQ Composite Index finished at 5046. The next day, it began to sink. It rallied a few times at lower levels, but these pauses were only temporary. By the end of the year, the index had fallen to half of its peak value and was continuing to fall. The NASDAQ Composite Index finally bottomed out at 1114. It did not recover to half of its peak value until 2007 (PANKO, 2008, 185).

A dívida externa crescente deste período promoveu a ilusória sensação, na década de 1990 de que os Estados Unidos estavam crescendo novamente e reconquistando sua credibilidade e liderança. Do ponto de vista militar e ideológico, o financiamento japonês possibilitou a vitória na Guerra Fria e a reafirmação da supremacia militar, cujo poder e imponência eram inigualáveis, e do ponto de vista econômico e social, a possibilidade de rápida ascensão das classes capitalistas durante a bolha financeira na segunda metade da década. “Portanto, os EUA chegam à virada do século XXI com uma crescente concentração interna de riqueza e uma dependência de investimentos externos para subsidiar o endividamento público, o consumo privado e os déficits em conta corrente” (HENDLER, 2012, p. 72).

Considerando tais fatores, percebemos que

a relação anterior de dependência política e econômica do Japão para com os Estados Unidos transformou-se numa relação de dependência mútua: o Japão [...] dependente da proteção militar norte-americana, mas a reprodução do aparato norte-americano como fornecedor de proteção passou a depender basicamente da indústria e do sistema financeiro japoneses (ARRIGHI, 2008, p. 352).

Desta forma, a partir dessa parceria nipo-americana, o Japão teve seu desenvolvimento e crescimento do poder econômico viabilizado, a partir da década de 1970, mas com mais força

nas décadas de 1980 e 1990, enquanto o centro de gravidade da economia global se movimentava para o Leste Asiático, em decorrência da crise norte-americana. Tal crescimento foi pautado em inovações tanto organizacionais, quanto tecnológicas.

Uma das principais inovações japonesas era relativa ao modelo empresarial. O modelo empresarial prevalecente no Leste Asiático nos anos 1970 e 1980 se diferenciava do modelo norte-americano de corporações, pois era caracterizado por redes informais, centradas nas companhias industriais e comerciais japonesas, que fizeram transbordar para a região seu modelo nacional de subcontratação e descentralização industrial. Aos poucos, as companhias industriais japonesas foram abrindo espaço para a diáspora empresarial chinesa na região, que acabou por tomar o protagonismo empresarial na região, bem como proporcionaram a reintegração da China continental na economia mundial (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 158).

Desta forma, ocorre uma espécie de “bifurcação” do poder mundial. “Enquanto os norte-americanos proveriam a segurança, os japoneses desenvolver-se-iam, e a seu entorno, economicamente” (PECEQUILO, 2013, p. 73). A autora ainda complementa essa tendência, apontando que

o Japão o fez por meio de investimentos e ampliação da esfera de influência econômica asiáticas a partir dos anos 1970, no processo da “Revoada dos Gansos”. Bem-sucedido, ao lado do desenvolvimento dos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Tailândia), esse processo gerou as hipóteses de transição do eixo de poder mundial do ocidente ao oriente no imediato pós-1989 (Ibidem).

Com o fim da Guerra Fria e o fim da ameaça soviética, “foram criadas duas categorias de Estados que passaram a representar focos de ameaça no sistema internacional: os *rogue States* (Estados párias ou bandidos) e os *failed States* (Estados falidos) (PECEQUILO, 2013, p. 15)⁶. A partir da eleição de Clinton, em 1992, a prioridade passou a ser a estabilidade e contenção dessas nações, buscando disseminar os ideais de democracia e do livre mercado no novo mundo multipolar, projeto materializado na estratégia de Engajamento & Expansão (E&E)⁷, lançada em 1993, com alvos claros nos *rogue e failed States* (Irã, Iraque, Coreia do

⁶ “Em linhas gerais, os Estados párias são entidades políticas organizadas, governadas de forma autoritária, com pretensões de hegemonia regional, apoio a grupos radicais e desenvolvimento de programas de armas de destruição em massa, e que não respeitam as normas da comunidade internacional (o Irã e a Coreia do Norte são exemplos atuais). Por sua vez, os Estados falidos referem-se a Estados fragmentados social, étnica e socialmente, com graves problemas humanitários, e que podem servir de santuário a grupos fundamentalistas” (PECEQUILO, 2013, p. 15-16).

⁷ “Basicamente, a estratégia do E&E pode ser resumida em quatro pontos (LAKE, 1993):

1. Fortalecer o núcleo principal das democracias de mercado, inclusive a norte-americana, favorecendo a disseminação dos valores e princípios democráticos para todo o sistema a partir desta comunidade.

Norte etc.), mas também nas potências regionais em processo de fortalecimento (China, Índia, Rússia, Brasil) (Ibidem, pp. 17-18).

Clinton buscava também encontrar um caminho que levasse à superação do déficit interno e comercial, sendo seu governo responsável por implementar reformas e cortes que deram algum folego à economia e permitiram uma breve sensação de que a situação estava melhorando. Apesar disso, Clinton sofria forte oposição dos neoconservadores, que “criticavam seu apoio ao multilateralismo, os cortes no orçamento de defesa e o que entendiam como apaziguamento dos inimigos (as negociações e aproximações com a Coreia do Norte, Irã e Cuba)” (PECEQUILO, 2013, p. 19).

A corrente neoconservadora iniciou-se nos anos 1960, mas só conseguiu ter mais força a partir do governo Reagan, na década de 1980. Entre as prioridades desse grupo se encontram “a valorização do componente militar, a definição da política externa como missão (ativismo democrático e intervencionista), a centralidade dos valores morais e religiosos, o excepcionalismo e a expansão do poder dos Estados Unidos” (PECEQUILO, 2013, p. 13). Como uma das formas de demonstrar a rejeição ao governo Clinton, os *neocons*, então, materializaram seus ideais e projetos no *Project for the New American Century* (PNAC), que pedia pela retomada de investimentos mais significativos nas forças armadas, a propagação dos valores norte-americanos da democracia e do livre mercado e “uma liderança proativa que não se encolhesse diante das responsabilidades globais dos EUA no Oriente Médio, na Ásia e na Europa” (HENDLER, 2012, p. 121).

Os *neocons* acabaram por se identificar com os projetos de George W. Bush, quando este concorreu à presidência nas eleições de 2000, trazendo em sua agenda pautas clamadas pelo grupo. Assim, em uma eleição bastante conturbada, apesar da forte rejeição da população, os republicanos neoconservadores chegam à Casa Branca.

3.3.3. Crise terminal

-
2. Incentivar, quando possível, a implementação e a consolidação de novas democracias e livres mercados em Estados significativos e importantes.
 3. Impedir a agressão de Estados hostis à democracia e incentivar a sua liberalização por meio de políticas específicas.
 4. Perseguir uma agenda humanitária para a melhora das condições de vida em regiões prejudicadas. Posteriormente, criar condições para que eventualmente essas comunidades possam integrar-se ao sistema pacífica e democraticamente” (PECEQUILO, 2013, p 18).

Segundo Pecequillo (2013, p. 19), “o conjunto da administração de Bush filho [...] pode ser dividido em três fases: janeiro a setembro de 2001, setembro de 2001 a dezembro de 2004 e janeiro de 2005 ao final do seu segundo mandato, em 2008”, sendo a primeira fase marcada por forte resistência interna. Os primeiros meses de governo, considerando a baixa popularidade do então presidente, ainda não mostravam espaço para a consolidação dos ideais do PNAC. Foi então que os incidentes do 11/09 viabilizaram e deram legitimidade a projetos de cunho imperialista e os novos inimigos, representados nas figuras da Al Qaeda e de Osama Bin Laden, serviriam para fomentar o clima de terror e exacerbar o nacionalismo (ARRIGHI, 2008, p. 187; BANDEIRA, 2019, p. 640).

A ameaça dos “fundamentalistas” muçulmanos e dos “Estados delinquentes” tornou-se o novo fator de medo, apavorando o povo norte-americano e conquistando o apoio quase unânime do Congresso à invasão do Iraque que Cheney, Rumsfeld e Wolfowitz vinham defendendo sem sucesso havia quase uma década (ARRIGHI, 2008, p. 187).

Poucos dias após os atentados do 11/09 pela Al Qaeda, iniciava-se a segunda fase da administração de Bush e o presidente anunciava sinais de que os Estados Unidos estariam entrando em guerra, e, em menos de um mês depois, já se iniciavam os bombardeios no Afeganistão. Bush deu certeza à população de que a política de defesa norte-americana estava mudando de caráter, abandonando a postura de contenção de ameaças, que a caracterizou durante o período da Guerra Fria.

Cerca de um ano depois, em 17 de setembro de 2002, o presidente George W. Bush anunciou o *The National Security Strategy of the United States of America*, declarando que a batalha contra o terrorismo não seria vencida na defensiva e os Estados Unidos se reservavam o direito de fazer guerras preventivas, unilateralmente, inclusive usar armas nucleares contra países não nucleares (BANDEIRA, 2016, p. 75)

A substituição da política da contenção pela da preempção seria uma característica marcante do que ficaria conhecido como a Doutrina Bush.

Por trás do caráter antiterrorista que justificou o início da Guerra ao Terror, porém, encontravam-se objetivos mais profundos. Refazer a geografia política da Ásia Ocidental (ARRIGHI, 2008, p. 191) e conseguir atacar Afeganistão, Iraque e Irã, tendo assim, controle sobre as fontes de petróleo e o bloqueando o acesso de outras potências, como a China (BANDEIRA, 2019, p. 638) estavam entre estes objetivos. “Não foi por mera coincidência que

o mapa da guerra contra o terrorismo era o mapa do Oriente Médio da Ásia Central, o mesmo mapa do gás e do petróleo” (Ibidem).

Desta forma, o ataque ao Afeganistão não foi suficiente para atingir os objetivos geoestratégicos do governo de Bush filho, fazendo com que a mobilização militar empreendida no Afeganistão, logo escalasse para o Iraque. A escalada representava já um desejo antigo de Rumsfeld e Wolfowitz (à época secretário e secretário-adjunto de Defesa, respectivamente), que ainda tinham um sentimento inconclusivo a respeito da Guerra do Golfo em 1991, quando Bush pai não investiu mais forças para derrubar definitivamente Saddam Hussein (BANDEIRA, 2019, p. 641).

Sob a alegação de que Saddam Hussein possuía armas de destruição em massa, o governo norte-americano lançou mão da Doutrina Bush. Contrariando as recomendações do Conselho de Segurança da ONU e sem mesmo o consenso dentro da OTAN, “os Estados Unidos, acompanhados por Grã-Bretanha, Espanha, Itália, Polônia e alguns outros países menores e dependentes do Leste Europeu, [...] desfecharam os ataques aéreos contra Bagdá em 19 de março de 2003” (BANDEIRA, 2019, p. 701).

A guerra no Iraque, no entanto, havia começado, na prática, muito antes. Além da constante campanha de desmoralização contra o regime de Saddam Hussein, os Estados Unidos há muito vinham buscando enfraquecer as instituições internacionais que poderiam constranger seus objetivos no Iraque, como foi o caso da pressão pela troca do comando da Organização para a Proibição de Armas Químicas, José Bustani (BYERS, 2007, p. 99). Além disso, sob a alegação do combate ao terrorismo, e na esteira da Guerra do Golfo, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, durante a década de 1990, violaram o espaço aéreo iraquiano mais de 150.000 vezes, tanto para operações de reconhecimento quanto para promoverem bombardeios (BANDEIRA, 2019, p. 676).

Em paralelo às operações militares no exterior, domesticamente também emergia uma onda de repressões, com amparo no novo Departamento de Segurança Doméstica (*Homeland Security*). Se destaca o *Patriot Act*, “que permitia a prisão de suspeitos de ataques terroristas, espionagem de cidadãos, encarceramento sem direito a advogado” (PECEQUILO, 2013, p. 21), que expirou apenas em 2015. Baseados no ato, estima-se que, de 2001 a 2006

mais de 1200 estrangeiros foram presos e deportados dos Estados Unidos [...]. As liberdades individuais sofreram graves restrições dentro dos Estados Unidos. Milhares de imigrantes de todas as nacionalidades [...] poderiam ser presos, indefinidamente, sem acusações formais, conforme decisão da Suprema Corte e do Departamento de Justiça (BANDEIRA, 2019, p. 645).

Se no imediato pós-11/09 as ações do governo norte-americano encontravam maior legitimidade, no início do segundo mandato de Bush filho, em 2005, os ônus da Guerra ao Terror começavam a ser escancarados. Politicamente, o fato de a disparidade entre as capacidades militares norte-americanas e as de seus inimigos no Iraque não se mostrar como condição suficiente para o êxito das operações, tornou presente no imaginário dos aliados e da opinião pública comparações aos fracassos da Guerra do Vietnã. Como reflexo disso, os Estados Unidos não lograram em obter os recursos esperados mesmo de seus mais tradicionais aliados,

esse violento declínio da capacidade dos Estados Unidos de cobrar de seus clientes o pagamento pela proteção que forneceram pode ser atribuído à ideia de que essa proteção se tornou contraproducente, seja porque os Estados Unidos espremeram demais alguns clientes, e depois os deixaram à mercê de perigos ainda maiores do que aqueles contra os quais foram protegidos, seja porque as ações dos Estados Unidos ameaçavam criar perigos futuros maiores do que aqueles contra os quais ofereciam proteção (ARRIGHI, 2008, pp. 268-269).

Em paralelo à crescente contestação das ações de polícia internacional dos Estados Unidos, na esfera doméstica também começava a se manifestar forte desaprovação. Se em outubro de 2001, a aprovação do Governo Bush beirava os 92%, a partir de abril de 2005, a tendência predominante nas pesquisas era de uma taxa de desaprovação maior do que a de aprovação (ARRIGHI, 2008, p. 271). É bem verdade que a devastação causada pelo Furacão Katrina, e a inabilidade do governo de lidar com os danos de maneira satisfatória, pode ser considerada como uma das principais condicionantes desse processo.

No entanto, como mostra Arrighi (2008, pp. 272-273), o Katrina apenas escancarou uma tendência que já estava em ascensão há alguns meses. “O que a grande catástrofe da Louisiana revelou foi um país que não é um país, mas sim indivíduos isolados e segmentados que levam vidas paralelas o mais longe possível uns dos outros, sem nada que os una além da ideia de uma bandeira” (THE GUARDIAN, 2005, apud. ARRIGHI, 2008, p. 273). Parte da população não compreendia o sentido de se empregarem tantas tropas no exterior — de maneira, aparentemente, ineficaz — sem que a mesma atenção fosse dada à problemas domésticos, que afetavam suas vidas de maneira mais palpável — e real.

Ao mesmo tempo em que se configurou como um fiasco em matéria de política externa e política doméstica, a Guerra ao Terror foi responsável por inúmeras consequências econômicas desastrosas para os Estados Unidos. O primeiro e mais nítido efeito da cruzada contra o terrorismo foi o aumento exorbitante nos gastos de defesa. Se em 2001 os gastos com

defesa representavam 3,46% do PIB norte-americano, em 2008 esse número seria de 4,95%⁸. Se estes, como mostra Hendler (2012, pp. 128-129), são, em relação ao PIB, menores do que os do auge da Guerra do Vietnã, quando aproximadamente 10% do PIB era composto pelos gastos de defesa, os números absolutos são maiores — em 2008, os gastos em defesa passaram os 750 bilhões de dólares, sem contar que este número compreende apenas os parâmetros oficiais do governo dos Estados Unidos, sem abarcar gastos indiretos com a Guerra ao Terror.

Aliadas ao aumento dos gastos militares, as políticas econômicas levadas a cabo por Bush filho, acabaram por fragilizar ainda mais a economia norte-americana. Optando por não aumentar os impostos, e incapaz de cobrir os gastos com o petróleo explorado nas regiões ocupadas, o governo custeou a guerra a partir de empréstimos tomados na forma da venda de títulos do FED a governos estrangeiros, com destaque àqueles do leste asiático, em especial a China. Dessa forma, tem-se que no governo Bush os gastos do governo eram mais que duas vezes maiores que sua receita (HENDLER, 2012, pp. 131-134).

Ainda, a redução da taxa de juros como tentativa de aquecer a economia, e a emissão de moeda corrente acabaram por criar a ilusão do aumento do poder de compra da população enquanto, na realidade, o dólar perdia seu valor. Dessa ilusão, decorreu, aliada à “ebulição do mercado financeiro após 2003” (HENDLER, 2012, p. 133), o superaquecimento do mercado imobiliário, uma nova bolha que viria a estourar no final de 2007, aprofundando-se em uma grave crise econômica estrutural do capitalismo mundial, a partir de 2008. Dessa forma, tem-se o porquê de a militarização do Oriente Médio pelos Estados Unidos ser considerada, por Bandeira (2018, pp. 147-149), como benéfica apenas para as empresas petrolíferas que lá se estabeleceram com a guerra, e para a indústria armamentista, que elevou suas vendas não só ao governo norte-americano, como também a seus aliados na região.

Findado o segundo mandato de Bush filho, “os norte-americanos optaram por um candidato cuja campanha eleitoral focou nas propostas da mudança e da esperança, sintetizadas em slogans como ‘Sim, nós podemos’” (PECEQUILO, 2013, p. 25). O próximo capítulo busca, justamente, analisar se os Estados Unidos, durante os dois mandatos de Barack Obama, frente às adversidades agravadas pela Guerra ao Terror, mas condicionadas pela crise sinalizadora que iniciou na década de 1970, foram capazes de sustentar a centralidade econômica, a supremacia militar e a liderança ideológica que caracterizaram sua hegemonia.

⁸ Fonte: <https://www.usgovernmentspending.com/defense_spending>. Acesso em 02 jul. 2022.

4. *BETTING ON AMERICA: OBAMA E O DESAFIO DA MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA HEGEMÔNICA*

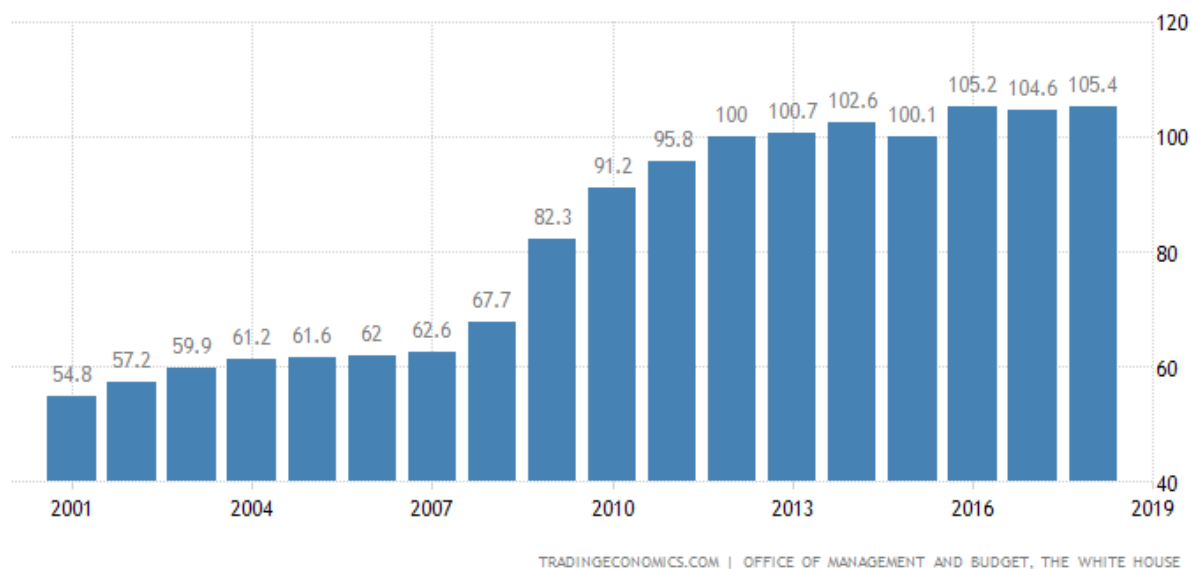
No presente capítulo, buscamos explorar o papel da administração do Presidente Barack Obama no importante desafio de manter os Estados Unidos em uma posição de liderança no sistema-mundo capitalista, no contexto dos inúmeros abalos gerados pelas políticas da Doutrina Bush. Para cumprir tal objetivo, focamos em compreender os fenômenos ocorridos nos anos de 2008 a 2016, que representam os dois mandatos do Presidente Obama, nas três esferas do tripé-hegemônico: a econômica, a político-militar e a institucional, trazendo também comparativos com a China, vista a crescente interdependência sino-americana que toma destaque no século XXI, e a emergência do país asiático como principal rival econômico e estratégico dos Estados Unidos.

4.1. ASPECTO ECONÔMICO

A fim de entendermos se os Estados Unidos foram capazes de preservar-se no centro da economia do sistema-mundo capitalista, buscaremos compreender alguns indicadores econômicos que representam, nos dois mandatos de Obama que se seguiram no pós-crise de 2008, a evolução da economia norte-americana. Tais indicadores serão colocados em comparação com os correspondentes da economia chinesa, apontada por Arrighi (2008), como principal força motriz da ascensão econômica asiática no século XXI e por Hendler (2012) como a maior beneficiada, em ganhos relativos, dos custos inferidos da Guerra ao Terror sobre os Estados Unidos, com base em Arrighi (2008).

De 2001 a 2007, o endividamento público (como podemos ver na Figura 3, em relação ao PIB) dos Estados Unidos escalou de maneira agressiva devido ao crescimento exponencial dos gastos em defesa e da contraditória política de cortes de impostos promovida pelo governo de Bush filho. Ao mesmo tempo, também crescia o endividamento interno da população, “devido ao crédito fácil e desregulamentação do setor de empréstimos, hipotecas e previdência que levaria à crise do *subprime*” (PECEQUILO, 2013, p. 168).

Figura 3 — Dívida Pública dos Estados Unidos em % do PIB



Fonte: <<https://tradingeconomics.com/united-states/government-debt-to-gdp>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

A crise do *subprime*, ou simplesmente, crise de 2008, trouxe resultados catastróficos para a economia norte-americana. Podemos ver os reflexos disso nas Figuras 4 e 5, que mostram, respectivamente, as taxas de desemprego e de produção industrial nos anos imediatos pós-crise nos Estados Unidos.

Figura 4 — Taxa de desemprego nos Estados Unidos



Fonte: <<https://tradingeconomics.com/united-states/unemployment-rate>> Acesso em: 15 jul. 2022

Figura 5 — Produção industrial nos Estados Unidos



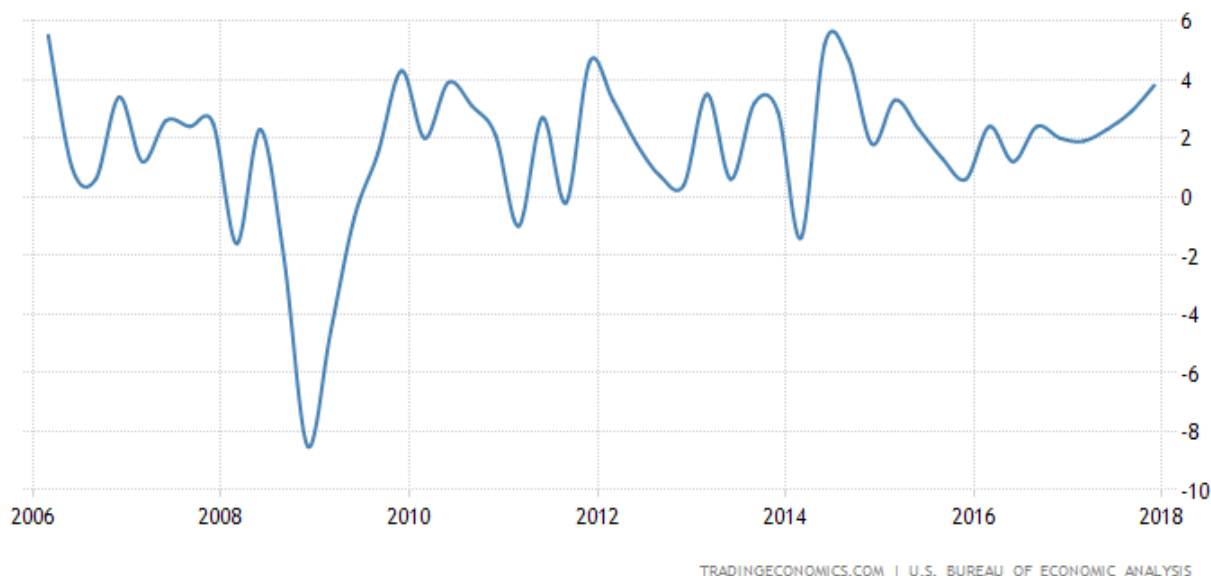
Fonte: <<https://tradingeconomics.com/united-states/industrial-production>>. Acesso em: 15 jul. 2022

No tocante ao desemprego, Pinto (2001, p. 15) aponta que

A oferta de trabalho – População Economicamente Ativa (PEA) – entre 2001 e 2010 cresceu 2,6%, ao passo que a demanda (empregos) encolheu quase 5%. Isso provocou a elevação da taxa de desemprego de 5% em dezembro de 2007 para 9,4% em dezembro de 2011, bem como um aumento dos inativos. Foram eliminados, aproximadamente, 7 milhões de postos de trabalho, num mercado de trabalho já precarizado (trabalhos de meio período, elevado turnover etc.).

Em consonância com o aumento do desemprego, o volume da produção industrial nos Estados Unidos teve um decréscimo bastante significativo. Tal fenômeno pode ser explicado pela preferência dos agentes econômicos pela liquidez, frente às incertezas sentidas em decorrência da crise. Percebe-se também uma contração brusca no PIB, como mostra a Figura 6.

Figura 6 — Taxa de crescimento do PIB dos Estados Unidos em % anual



Fonte: <<https://tradingeconomics.com/united-states/gdp-growth>>. Acesso em: 15 jul. 2022

Obama, portanto, chegava à Casa Branca em 2009 com grandes desafios, não apenas no que tange à economia, mas também nas outras duas esferas do tripé hegemônico que serão discutidas nos outros subcapítulos do presente capítulo. Logo nos primeiros meses de mandato, Obama já demonstrava que estaria comprometido em recuperar o país da grave crise em que se encontrava, a partir de medidas que prezavam pela inovação tinham por objetivo

recolocar o país numa trajetória de desenvolvimento científico e tecnológico capaz de sustentar sua posição de principal referência em termos de inovação, e por consequência, garantir a condição de maior economia global e liderança do ciclo sistêmico, preocupado em conter os passos de uma possível transição hegemônica (MOREIRA Jr., 2016, p. 24).

Em fevereiro de 2009, Obama lançou o *American Recovery and Reinvestment Act*, que buscou combater a recessão através do direcionamento de gastos públicos para setores como educação, saúde, infraestrutura e energia, considerados pela administração de Obama como estratégicos.

[O] foco imediato seria conter o desemprego, combater o declínio no consumo e a insegurança dos empresários, estabilizar o sistema financeiro, e promover liquidez e crédito para retomar o consumo. Seu resultado foi alcançado nos primeiros trimestres subsequentes ao plano, por meio da contenção dos índices de desemprego e do impacto positivo da ação governamental para o crescimento do PIB e entrada da economia em rota de recuperação da recessão. Não obstante, o principal objetivo com as medidas do *Recovery Act* era o de impulsionar atividades e investimentos de longo

prazo capazes de dar novo fôlego à economia norte-americana (MOREIRA Jr., 2016, p. 24).

Dentro desse pacote de investimentos, um dos principais focos era dar um passo à frente na independência energética dos Estados Unidos, através de investimentos pesados para pesquisas voltadas à geração de energia, através do programa *Advanced Research Projects Agency-Energy* (ARPA-E). O ARPA-E demonstrava também um importante aspecto do governo que iniciava, pois evidenciava a retomada de investimento em outros setores, que não a indústria de defesa (MOREIRA Jr., 2016, pp. 24-25).

Outro ponto focal do projeto era o de recolocar os Estados Unidos no centro do comércio mundial, visto que haviam perdido a posição competitiva devido ao processo de financeirização que viviam desde o final do século XX. Para tal, foi elaborada também uma estratégia voltada a “constituir um ambiente de regulações que permita o funcionamento de um mercado competitivo e descentralizado para estimular o empreendedorismo no setor privado” (MOREIRA Jr., 2016, p. 28), buscando assim ampliar a oferta de emprego, tendo no setor privado o principal responsável por tal. Os incentivos vinham em sua maioria no formato de facilitação de crédito para a abertura de novos negócios e fomento para indústrias-chave para o país, como a automotiva.

Pode-se interpretar, ao observarmos as Figuras 4, 5 e 6 alguns dos resultados das medidas tomadas por Obama no seu primeiro ano de mandato, 2009. O PIB dos Estados Unidos encolheu 2,5% em 2009, como um dos impactos da crise de 2008, mas, a partir de 2010, o PIB voltou a crescer e se manteve em crescimento até o final dos dois mandatos do presidente. Na Figura 5, percebemos que, apesar de ter decrescido bruscamente em 2009, a partir de 2010 a produção industrial voltou a retomar o curso de crescimento, colocando os Estados Unidos novamente em uma posição de competitividade internacional. As taxas de desemprego, como pode-se observar na Figura 4, passaram a diminuir gradativamente, terminando os dois mandatos do presidente por volta de 5%, um avanço bastante importante para a economia norte-americana. Por outro lado, o endividamento público dos Estados Unidos em porcentagem do PIB, que já parecia alto no final do mandato de George W. Bush, cresceu de maneira ainda mais expressiva durante a administração Obama, como podemos observar na Figura 3.

Numa forte escalada desde a década de 1970, condicionada pelas políticas econômicas implementadas por Deng Xiaoping, a China, maior beneficiada do ônus que a Guerra ao Terror incorreu na economia e na política norte-americana, ultrapassou o Japão como segunda maior economia do planeta no imediato pós-crise, em 2010. Para compreendermos, portanto, se

Obama foi capaz de preservar intacto o aspecto econômico do tripé hegemônico norte-americano, é necessário comparar alguns indicadores da economia dos Estados Unidos em relação à da China.

O primeiro indicador a ser analisado é o crescimento anual do PIB. Como podemos ver na Figura 7, a China apresentou no período um crescimento notavelmente mais expressivo que os Estados Unidos, principalmente se olharmos da fase em que se iniciou a Doutrina Bush em diante, sendo mais um indício de que a economia chinesa foi a maior beneficiada dos custos da Guerra ao Terror para os Estados Unidos. Vale ressaltar, portanto, que apesar de crescer de forma mais acelerada, a economia dos Estados Unidos se manteve mais relevante se olharmos para o PIB absoluto no período (Figura 8).

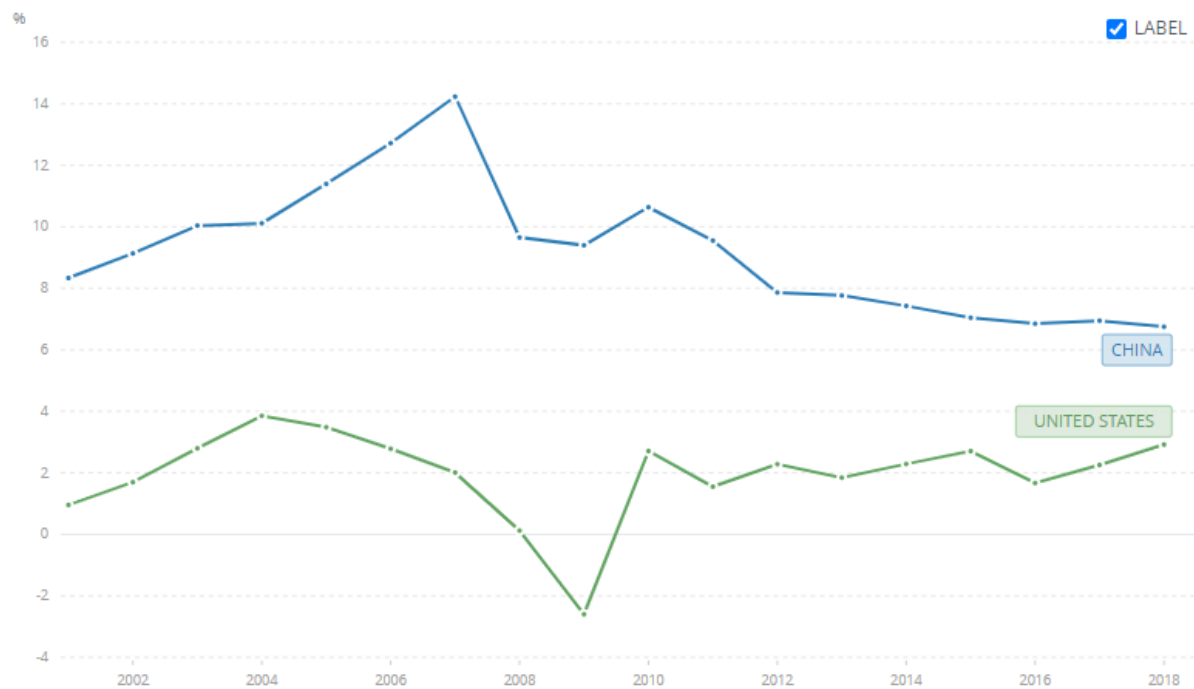
Em seguida, cabe observar também a diferença na balança comercial dos Estados Unidos em comparação com a da China (Gráfico 1). Nota-se que os Estados Unidos durante todo o período em que Obama esteve na presidência, apresentou déficit na balança comercial, ao passo que a China manteve um superávit significativo. Segundo Hendler (2012, p. 143), o fato de os Estados Unidos ser o maior destino das exportações chinesas, e, ainda, o fato de o desenvolvimento recente da economia do país asiático ser calcado nas exportações, “aprofundou sua vulnerabilidade em relação ao consumo norte-americano, [...] [ainda] que a China não dependa de capitais produtivos do *hegemon* na escala que os emergentes associados do passado dependeram em suas fases de ascensão”.

Dessa forma, é possível identificar duas fortes tendências, para além dos impactos imediatos da crise na economia norte-americana. A primeira delas é o forte crescimento chinês e o impacto reduzido que a crise de 2008 teve no país asiático se compararmos com o que ela gerou nos Estados Unidos. Em segundo lugar, vale ressaltar que, por maior que seja o crescimento chinês, ele não foi suficiente para que o país asiático ultrapassasse os Estados Unidos como a maior economia do sistema-mundo capitalista.

Por outro lado, se observarmos a composição do PIB norte-americano por setor (Figura 10) no período analisado, percebemos que, entre os 3 maiores componentes do indicador, o de maior destaque é o setor financeiro, representando cerca de 20% do PIB e o setor terciário foi tomando ao longo dos anos o segundo lugar, demonstrando um cada vez menor protagonismo do setor industrial. Podemos interpretar esse fenômeno como um forte indício de expansão financeira, e consequente declínio de uma hegemonia, segundo Arrighi (1996), que também se manifesta através do forte crescimento do endividamento das famílias e das empresas (Figura 11).

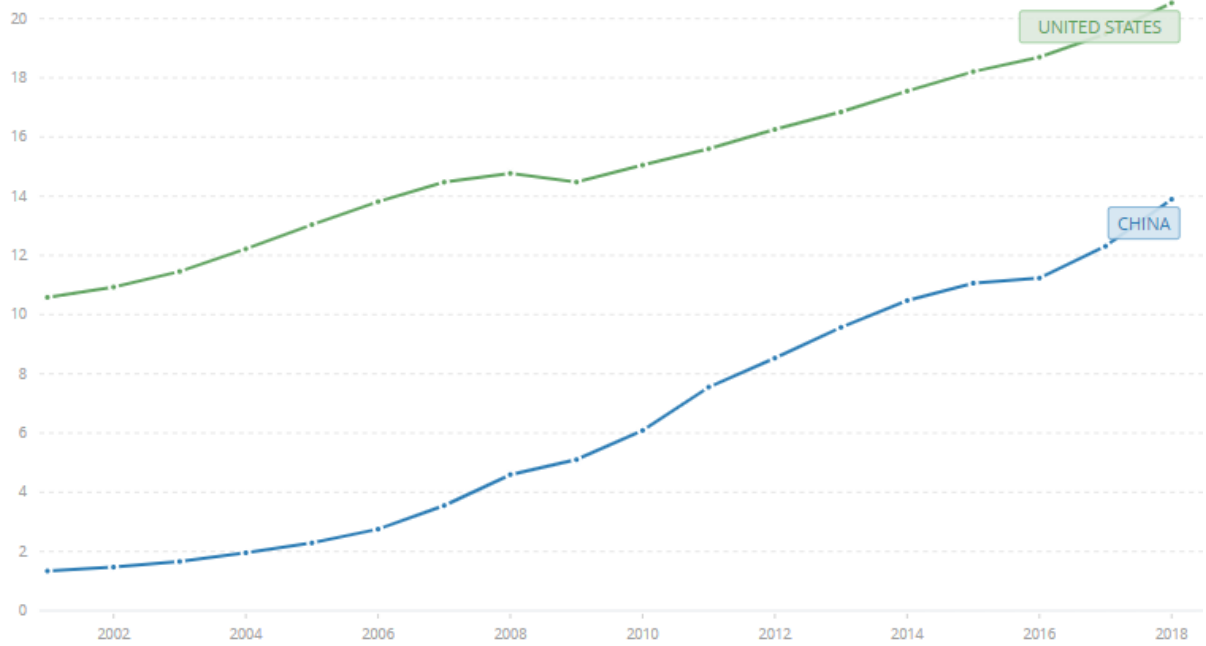
Assim, pode-se concluir que as políticas de recuperação econômica da administração Obama foram capazes de preservar, por ora, a centralidade econômica dos Estados Unidos em volume, por mais que se tenha observado uma diminuição na dissimetria entre a economia dos Estados Unidos e a da China. Mas a forte tendência pela financeirização da economia norte-americana, é um indicativo de que a manutenção da centralidade econômica dos Estados Unidos pode estar se mostrando insustentável a longo prazo.

Figura 7 — Crescimento anual do PIB dos Estados Unidos e da China em % anual



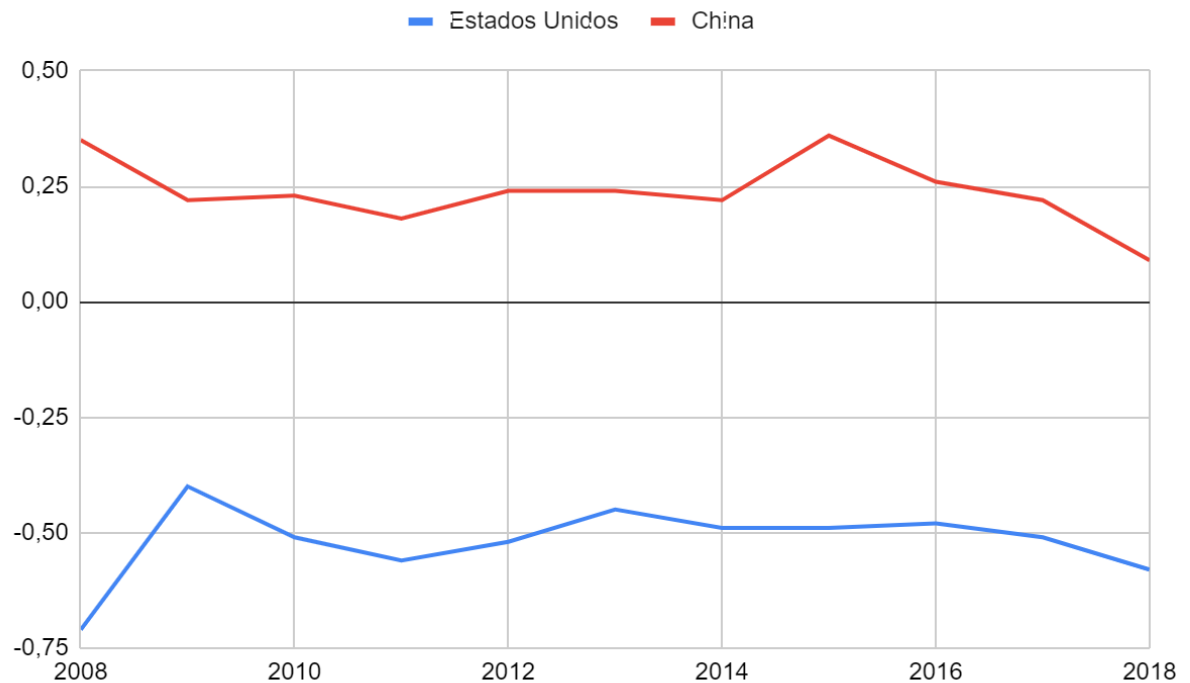
Fonte: <<http://www.data.worldbank.org>> . Acesso em: 15 jul. 2022.

Figura 8 — PIB total dos Estados Unidos e da China em US\$ trilhões



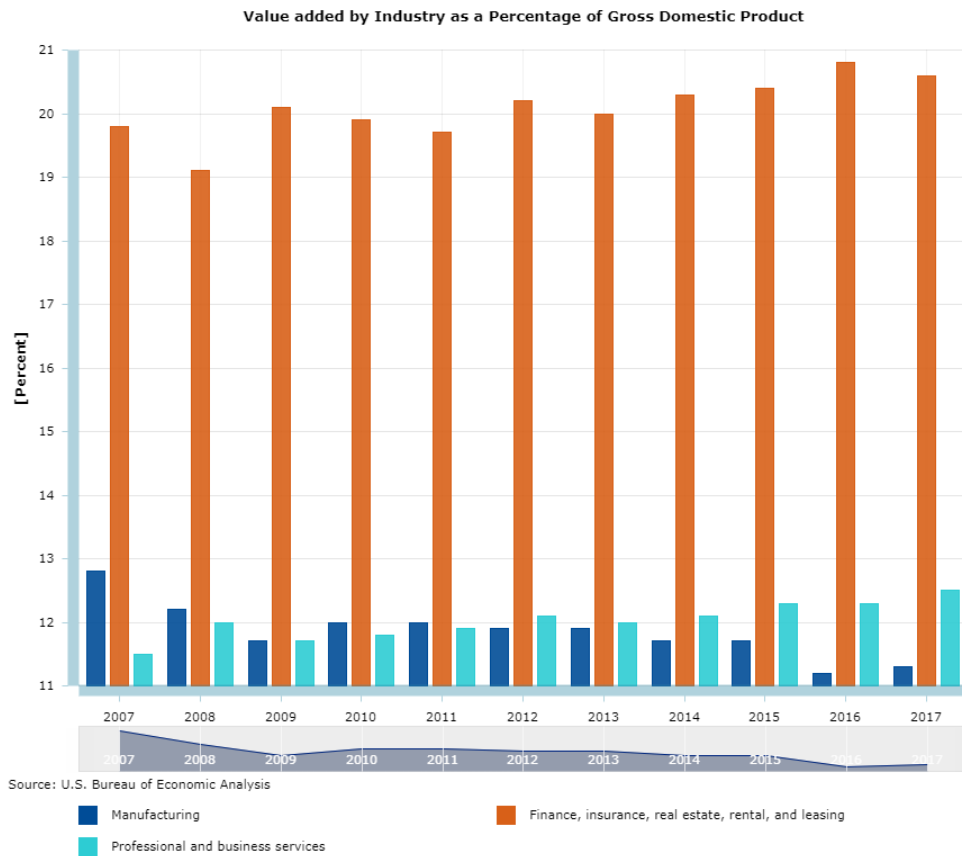
Fonte: <<http://www.data.worldbank.org>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

Gráfico 1 — Balança comercial dos Estados Unidos e da China em US\$ trilhões



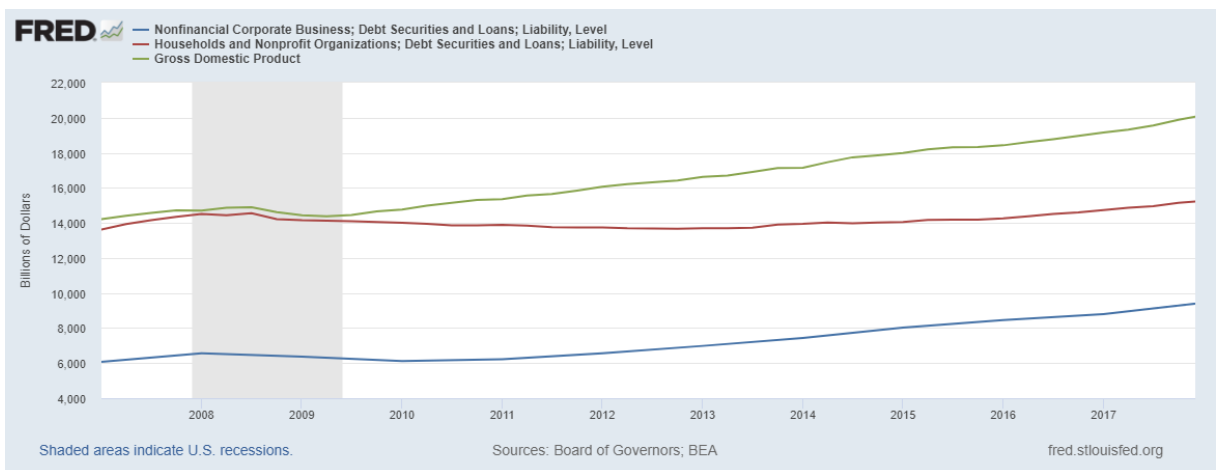
Elaboração própria. Fonte: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

Figura 10 — Composição do PIB dos Estados Unidos de 2007 a 2017 em %



Fonte: <<https://apps.bea.gov/iTable/iTable.cfm?reqid=150&step=2&isuri=1&categories=gdpind>>. Acesso em 25 jul. 2022.

Figura 11 — Dívida das famílias e das empresas dos Estados Unidos em US\$ bilhões



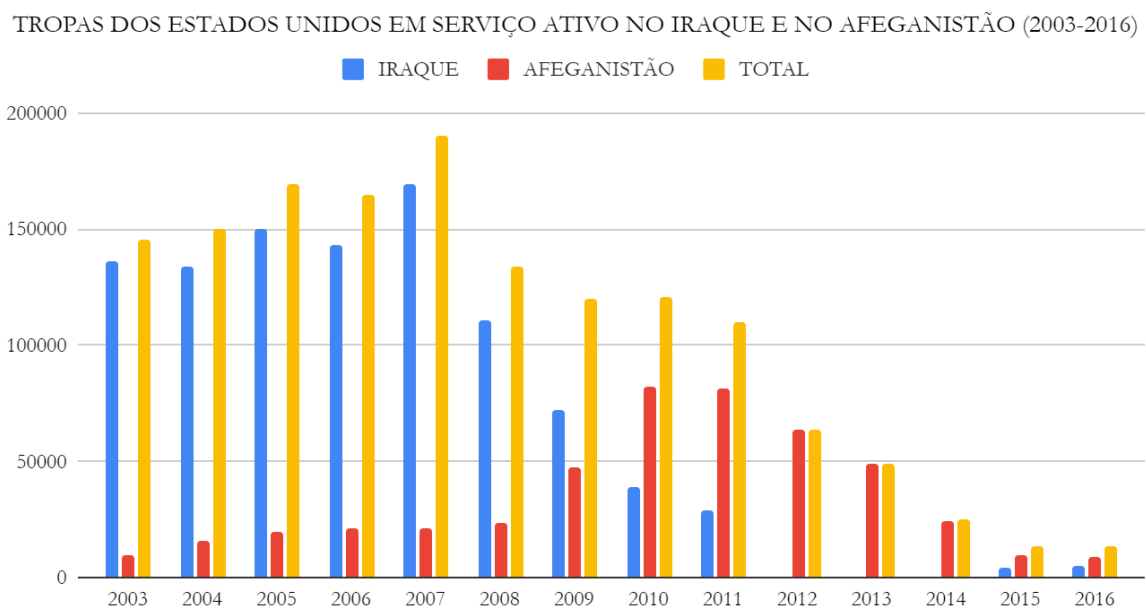
Fonte: <<https://fred.stlouisfed.org/series/BCNSDODNS#>>. Acesso em 25 jul. 2022.

4.2. ASPECTO MILITAR

Como mostrado anteriormente, a Guerra ao Terror foi a pedra de fundação da política externa de George W. Bush, o que condicionou o aumento significativo do gasto militar, que vinha em constante queda desde o desmantelamento da União Soviética, além do aumento significativo no número de tropas norte-americanas estabelecidas no exterior, fatores que concorreram para a reafirmação da supremacia militar norte-americana no mundo. A Guerra ao Terror fez com que o número de soldados norte-americanos atuando fora do país subisse ao patamar em que se encontrava ao final da década de 1980 (ALLEN; FLYNN; MACHAIN, 2021, p. 10), período marcado pela onda de militarização promovida por Reagan (HENDLER, 2012, p. 129).

Os resultados, tanto econômicos quanto políticos, da cruzada contra o terrorismo não se mostraram, no entanto, satisfatórios. O novo presidente, Barack Obama, reconheceu o fracasso das empreitadas no Iraque e no Afeganistão, e no início do mandato já previa a retirada em massa dos soldados norte-americanos que lá se encontravam, até 2014 (BANDEIRA, 2018, p. 201). Como o Gráfico 2 mostra, Obama de fato promoveu a retirada das tropas norte-americanas em serviço ativo no Iraque e no Afeganistão, que beiravam 200.000 pessoas em 2007. Esse fato, no entanto, quando tomado isoladamente, pode conduzir à conclusão de que a presença militar dos Estados Unidos no Oriente Médio arrefeceu.

Gráfico 2 — Tropas dos Estados Unidos em serviço ativo no Iraque e no Afeganistão (2003-2006)



Elaboração Própria. Fonte: < <https://www.stimson.org/2021/us-global-force-posture-and-us-military-operations-short-of-war/>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

A retirada das tropas do Iraque e do Afeganistão, no entanto, foi contrabalanceada por dois outros processos paralelos promovidos pela administração Obama. Se, por um lado, soldados foram retirados de campo, a Guerra ao Terror foi gradualmente mecanizada, com destaque à emergência de um número inédito de ataques por veículos aéreos não-tripulados (*drones*). Segundo Cash e Bridge (in CONLEY, 2017, p. 128), o uso dos *drones* oferecia uma comodidade muito atrativa para o governo Obama: era uma forma de manter o objetivo de combater o terrorismo fora do país, ao mesmo tempo em que se distanciava, ao menos no métodos, das práticas empregadas pelo governo Bush. Assim, enquanto a assertividade era mantida em relação aos inimigos no Oriente Médio, podia-se cumprir a promessa de retirar soldados norte-americanos da região.

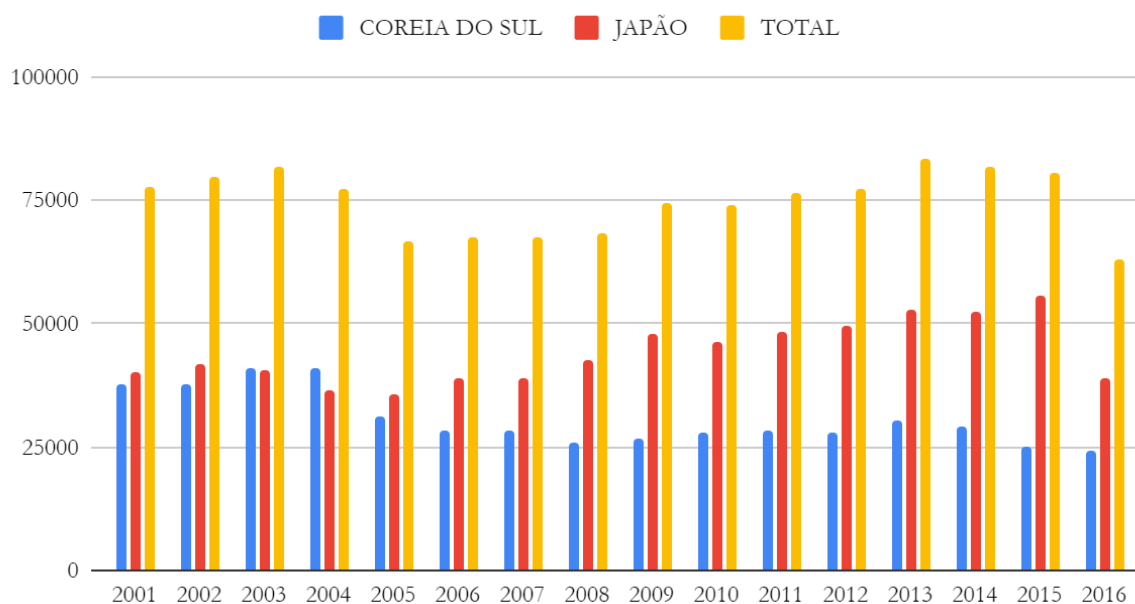
Outro aspecto importante da política militar de Obama foi a expansão da fronteira da Guerra ao Terror. A instabilidade sociopolítica no Oriente Médio, em grande parte gerada por intervenções externas, como a norte-americana no Iraque e no Afeganistão, acabou por explodir na Primavera Árabe, que colocou em xeque uma série de governos na região, e abriu uma janela de oportunidade para que os Estados Unidos e seus aliados pressionassem contra determinados governos. A escalada das tensões levou ao engajamento direto dos Estados Unidos na crise da Líbia e na guerra civil síria, ações que “Obama adicionou à lista de fracassos da política externa dos Estados Unidos” (HLAVSOVÁ, 2017, p. 75), incapaz, novamente, de atingir seus objetivos de maneira integral, deixando a situação nestes países, muito provavelmente, piores do que antes (HLAVSOVÁ, 2017, p. 79).

Enquanto mantinha a cruzada ao terror no Grande Oriente Médio, Obama promoveu o chamado “pivô para o Pacífico”, isto é, a promoção da região da Ásia-Pacífico como prioridade da ação externa dos Estados Unidos. Como bem aponta Cumings (2016, pp. 12-13), os Estados Unidos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial e da Guerra da Coreia, nunca deixaram de se fazer fortemente presentes na região, o que leva Manyin et. al. (2012, pp. 2-4) a classificar o pivô para o Pacífico de Obama não como uma nova política, mas uma expansão de uma política já existente, um ajuste de métodos, não de objetivos. O Gráfico 3 mostra justamente isso, ao evidenciar que, mesmo com um leve aumento a partir de 2012, quando Obama torna público o pivô para o Pacífico, a presença de tropas norte-americanas em serviço ativo na Coreia do Sul

e no Japão já era bastante alta, mesmo durante os anos iniciais da Guerra ao Terror, quando o foco da administração Bush foi o Oriente Médio.

Gráfico 3 — Tropas dos Estados Unidos em serviço ativo no Iraque e no Afeganistão (2003-2006)

TROPAS DOS ESTADOS UNIDOS EM SERVIÇO ATIVO NA COREIA DO SUL E NO JAPÃO (2001-2016)



Elaboração Própria. Fonte: < <https://www.stimson.org/2021/us-global-force-posture-and-us-military-operations-short-of-war/>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

Manyin et. al. (2012, p. 2), aponta quatro grandes variáveis que condicionaram a administração Obama a promover o pivô para o Pacífico, sendo elas:

A crescente importância econômica da região da Ásia-Pacífico, e particularmente da China, para o futuro da economia dos Estados Unidos; o aumento das capacidades militares chinesas e sua crescente assertividade em proclamar territórios marítimos disputados, com implicações na liberdade de navegação e na habilidade dos Estados Unidos projetarem poder na região; o fracasso das operações militares dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão e; os esforços de cortes no orçamento do governo federal dos Estados Unidos, particularmente na defesa, que ameaçaria criar a percepção na Ásia de que os esforços dos Estados Unidos na região diminuiriam.⁹

⁹ Tradução nossa: “the growing economic importance of the Asia-Pacific region, and particularly China, to the United States’ economic future; China’s growing military capabilities and its increasing assertiveness of claims to disputed maritime territory, with implications for freedom of navigation and the United States’ ability to project power in the region; the winding down of U.S. military operations in Iraq and Afghanistan; and efforts to cut the U.S. federal government’s budget, particularly the defense budget, which threaten to create a perception in Asia that the U.S. commitment to the region will wane”.

O estabelecimento da China como um rival estratégico no Pacífico pode ser considerado, no entanto, a força-motriz da repaginação da abordagem em relação à região promovida por Obama (MANYIN et. al., 2012, pp. 15-16).

De fato, o país asiático desde meados da década de 1990, intensifica os esforços de modernização tecnológica, organizacional e operacional de suas forças armadas, como aponta Teixeira Júnior (2019, p. 15). Segundo o autor, no entanto, a doutrina que baseia tal evolução qualitativa no aparato de segurança chinês pode ser entendida como “predominantemente defensiva e dissuasória” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2019, p. 16) baseada no conceito de defesa ativa. Tal conceito está por trás, por exemplo, do estabelecimento da doutrina operacional de Antiacesso e Negação de Área, nomenclatura desenvolvida pelo Pentágono para caracterizar os esforços chineses de desenvolverem as capacidades necessárias para tornar demasiadamente custosas quaisquer ofensivas - principalmente navais - de inimigos mais militarmente capazes - lê-se Estados Unidos (DORNELES JR., 2014, p. 149).

Em resposta ao estabelecimento da doutrina de Antiacesso e Negação de Área, os Estados Unidos desenvolveram o conceito operacional do *AirSea Battle*, que preza pelo emprego de capacidades militares em domínios variados - espacial, cibernético, aéreo e naval - com o objetivo de minar a capacidade dos meios militares chineses que viabilizariam a operacionalização do Antiacesso e Negação de área, mais especificamente radares e sensores, para enfim promover a destruição física do aparato defensivo chinês (BIDDLE; OELRICH, 2016, p. 8). A divulgação do pivô para o Pacífico e a construção de uma doutrina operacional que busca colocar em xeque os esforços de modernização tecnológica e doutrinária das Forças Armadas chinesas, mostra como foi intensificada a percepção de que aquele país asiático se configura como o principal rival estratégico dos Estados Unidos no primeiro quarto do século XXI.

Sendo assim, torna-se útil uma comparação entre as capacidades militares dos Estados Unidos em relação àquele que foi colocado como seu principal rival estratégico. As Tabelas 1 e 2 mostram, respectivamente, a evolução das capacidades militares navais dos Estados Unidos e da China. A escolha da análise apenas das capacidades militares navais se justifica pelo fato de que a literatura aponta o Oceano Pacífico como a principal arena de disputa de projeção entre as duas potências.

Tabela 1 — Evolução das Capacidades Militares Navais dos Estados Unidos (2008-2016)

| EVOLUÇÃO DAS CAPACIDADES MILITARES NAVAIS DOS ESTADOS UNIDOS (2008-2016) | | | | | | | | | |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| MEIOS/ANO | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
| PORTA-AVIÕES | 11 | 11 | 11 | 11 | 11 | 11 | 10 | 10 | 10 |
| SUBMARINOS ESTRATÉGICOS | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 |
| SUBMARINOS TÁTICOS | 57 | 57 | 57 | 57 | 57 | 58 | 58 | 59 | 57 |
| CONTRATORPEDEIROS | 52 | 52 | 56 | 59 | 61 | 62 | 62 | 62 | 62 |
| FRAGATAS | 21 | 22 | 21 | 22 | 20 | 17 | 13 | 11 | 4 |
| EMBARCAÇÕES DE PATRULHA E COMBATE COSTEIRO | 16 | 16 | 16 | 28 | 28 | 41 | 55 | 55 | 57 |
| AERONAVES HABILITADAS PARA COMBATE | 1171 | 1138 | 900 | 947 | 964 | 964 | 1089 | 1150 | 1123 |

Elaboração própria; Fonte: IISS - The Military Balance, 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016.

Tabela 2 — Evolução das Capacidades Militares Navais da China (2008-2016)

| EVOLUÇÃO DAS CAPACIDADES MILITARES NAVAIS DA CHINA (2008-2016) | | | | | | | | | |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| MEIOS/ANO | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
| PORTA-AVIÕES | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| SUBMARINOS ESTRATÉGICOS | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| SUBMARINOS TÁTICOS | 59 | 62 | 62 | 68 | 68 | 61 | 66 | 66 | 61 |
| CONTRATORPEDEIROS | 29 | 28 | 28 | 13 | 13 | 14 | 15 | 17 | 19 |
| FRAGATAS | 46 | 50 | 52 | 65 | 65 | 62 | 54 | 54 | 54 |
| EMBARCAÇÕES DE PATRULHA E COMBATE COSTEIRO | 233 | 247 | 253 | 211 | 211 | 211 | 216 | 223 | 199 |
| AERONAVES HABILITADAS PARA COMBATE | 792 | 290 | 290 | 311 | 311 | 341 | 332 | 332 | 346 |

Elaboração própria; Fonte: IISS - The Military Balance, 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016.

Como mostram as Tabelas 1 e 2, por mais que a China tenha consolidado avanços importantes no desenvolvimento de suas capacidades militares navais, como a ativação de um porta-aviões, e a construção de um novo submarino estratégico, as capacidades norte-americanas são diversas vezes maiores, sem contar as diferenças qualitativas entre os meios

disponíveis a ambas as marinhas. Mesmo assim, nota-se que a revigorada atenção norte-americana em relação ao Pacífico não se traduziu, ao menos durante a administração de Obama, em um aumento significativo nos números militares e navais do país.

Parte disso pode ser explicado pela queda no orçamento militar dos Estados Unidos no imediato pós-crise de 2008. Se em 2009 os gastos com defesa correspondiam à 4,9% do PIB, em 2016, no último ano do governo Obama, o número era de 3,4%¹⁰. Em números absolutos, após atingir US\$ 752 bilhões em 2011, o orçamento militar dos Estados Unidos em 2016 foi de US\$ 639 bilhões¹¹. Mesmo assim, as cifras norte-americanas são imensamente maiores que as chinesas. Entre 2008 e 2016, a China manteve quase constante seu orçamento militar em 1,7% do PIB, o que significou, em 2008, US\$ 79 bilhões, e em 2016, US\$ 198 bilhões.

Os dados mostram, portanto, uma enorme disparidade em relação às capacidades militares de Estados Unidos e China. Enquanto esta busca desde a década de 1990 modernizar suas práticas e meios, aquele segue sendo, indiscutivelmente, a maior potência militar do planeta. Ao mesmo tempo em que mantém a supremacia militar em relação ao seu principal rival estratégico, os Estados Unidos, com Obama, intensificaram as provocações direcionadas a ele, como no caso do aumento do número de Operações de Liberdade de Navegação promovidas por embarcações norte-americanas em áreas marítimas consideradas pela China como parte de seu território, o que é contestado não só por diversos vizinhos do país asiático, como pelos próprios Estados Unidos (KUOK, 2016). Assim, pode-se considerar que o aspecto militar do tripé hegemônico dos Estados Unidos foi bem conservado pela administração Obama.

4.3. ASPECTO NORMATIVO-INSTITUCIONAL

Como visto anteriormente, ao fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos lideraram a criação de uma nova ordem internacional materializada em instituições internacionais que se propunham universais, sendo elas a Organização das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Essas mesmas instituições, no entanto, passaram por diferentes fases de ascensão e ocaso, muitas vezes em decorrência de ações dos próprios Estados Unidos.

¹⁰ Fonte: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=US&name_desc=false>. Acesso em: 18 jul. 2022.

¹¹ Fonte: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD?locations=US&name_desc=false>. Acesso em: 18 jul. 2022.

Foi o que aconteceu, por exemplo, quando os Estados Unidos, contrariando as recomendações do Conselho de Segurança da ONU, decidiram invadir o Iraque, em 2003. O conteúdo das alegações norte-americanas, bem como a forma com que estas se desenvolveram, colocaram em xeque a legitimidade de conceitos-chave para o funcionamento da Organização, como o caso do direito à integridade territorial e à soberania estatal. Segundo Byers (2005, p 193), os Estados Unidos, ao argumentarem em prol da legítima defesa preemptiva, relativizando a soberania estatal, contribuem para “marginalizar as Nações Unidas nos esforços internacionais de busca da paz e da segurança”, e,

ao marginalizar as Nações Unidas, eles dificultam a possibilidade de os governos recorrerem a esta importante fonte de legitimidade no emprego da força militar além-fronteiras. Ao solapar o direito humanitário internacional, *malbaratam sua própria autoridade moral e sua capacidade de convencer e influenciar outros países* (grifo nosso).

Dessa forma, o unilateralismo militarista de Bush, ao enfraquecer as bases da ordem internacional construída sob a liderança dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, acabam por contribuir para a deslegitimação de sua liderança institucional. Assim, uma das diretrizes levadas a cabo por Obama foi, justamente, segundo Kaufman (2014, p. 443), o fortalecimento do multilateralismo, em detrimento do que o autor chama de a “arrogância do poder americano”. Isso pode ser observado, por exemplo, no fato de os Estados Unidos e seus aliados da OTAN terem atuado contra o governo de Muammar Gadaffi, apenas após a aprovação, pelo Conselho de Segurança da ONU, da resolução 1973, que autorizou medidas em prol da proteção de civis sob a égide do conceito da Responsabilidade de Proteger (BANDEIRA, 2018, pp. 280-283).

Enquanto Obama buscava fortalecer a enfraquecida posição dos Estados Unidos junto às Nações Unidas, o mundo viu a crescente institucionalização de projetos de multilateralismo liderados pela China, principalmente no mundo das finanças. Em 2014, o país asiático lançou oficialmente o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), que iniciou suas operações em 2016, com a participação, inclusive, de tradicionais aliados norte-americanos, como Reino Unido, Austrália e Coreia do Sul, além de contar com França, Alemanha, Índia e Brasil (STUENKEL, 2018, pp. 131-136).

Outras iniciativas importantes foram o lançamento do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, e a iniciativa da Nova Rota da Seda. Fundado em 2014, com sede em Xangai, o Banco do BRICS busca apresentar-se como uma opção para o fomento de iniciativas de infraestrutura em países em desenvolvimento. A Nova Rota da Seda, de conceituação polêmica, foi lançada oficialmente em 2013, e pode ser compreendida como o amálgama de investimentos

e incentivos em infraestrutura e desenvolvimento de países terceiros, principalmente por capital de bancos públicos chineses. Pensado inicialmente para abranger a massa eurasiática, iniciativas pertencentes à Nova Rota da Seda já podem ser encontradas nas Américas e no continente africano.

Pode-se, portanto, falar em ocaso da ordem liberal liderada pelos Estados Unidos e a ascensão de uma estrutura institucional alternativa liderada pela China? Segundo Stuenkel (2018) e Ikenberry (2018), não. De acordo com Ikenberry (2018, pp. 17-18; 28), por mais que a ordem criada pelos Estados Unidos e seus aliados no pós-guerra possa encontrar-se em um momento de crise, é muito improvável que a China, ou qualquer que seja a potência em ascensão, busque solapar as normas e instituições vigentes.

Os valores impulsionados por Washington, portanto, seguiriam como a ordem do dia, com as potências emergentes buscando apenas aumentar o peso de seus posicionamentos em um mundo cada vez mais multipolarizado. Segundo Stuenkel (2018, pp. 205-216), a China e as demais potências emergentes não buscam substituir a ordem internacional vigente, mas apenas complementá-la com iniciativas próprias que deixem claras suas demandas às demais potências centrais. Assim, por mais que cresçam iniciativas vindas dos emergentes, a os valores, normas e instituições formuladas pelos Estados Unidos devem manter-se como os guias da convivência internacional, e Washington deve manter-se como central na manutenção da ordem internacional, ainda mais se levarmos em conta esforços como o de Obama de fortalecer a posição dos Estados Unidos junto às Nações Unidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu entender a evolução dos processos econômicos, político-militares e normativo-institucionais centralizados nos Estados Unidos, entre os anos de 2008 a 2016, iniciados na década de 1970 e agravados na primeira década do século XXI, que indicavam um possível declínio da hegemonia norte-americana, ao analisarmos estes à luz dos ciclos sistêmicos de acumulação. Tal esforço se faz necessário para aprofundarmos o debate acerca da evolução do poder norte-americano durante o período, nas três esferas do tripé hegemônico, analisados à luz da teoria dos sistemas-mundo.

Para cumprir com este objetivo, o primeiro capítulo do desenvolvimento do trabalho buscou, através de uma revisão bibliográfica, elucidar os principais conceitos e ideias da economia política dos sistemas-mundo e dos ciclos sistêmicos de acumulação, possibilitando a interpretação das fases do ciclo hegemônico dos Estados Unidos a partir da utilização deste arcabouço teórico-analítico. A fim de concluir com este propósito, foram explorados os conceitos de sistema-mundo moderno, hegemonia, ciclos sistêmicos de acumulação e ciclos hegemônicos.

No segundo capítulo, investigamos, em perspectiva histórica, as fases de ascensão, plena expansão e início do declínio dos Estados Unidos. A importância de darmos atenção às fases anteriores da hegemonia norte-americana se encontra em entendermos as bases desta, a fim de analisar, no último capítulo, se foi preservada a centralidade econômica, político-militar e normativo-institucional dos Estados Unidos no sistema-mundo dentro de suas próprias instituições e dinâmicas. A partir desta investigação, percebemos o declínio relativo dos Estados Unidos a partir da década de 1970, com os reflexos dos custos da Guerra do Vietnã e das crises econômicas ocorridas no período. A década de 1990 deixa clara a tendência de expansão financeira da economia norte-americana, e a década seguinte acentua a crise através do início dos massivos gastos com a Guerra ao Terror e a perda de credibilidade dos Estados Unidos como polícia mundial, visto os contínuos fracassos em suas empreitadas no Oriente Médio.

Por fim, no último capítulo, utilizamos o entendimento das bases da hegemonia norte-americana e voltamos o esforço a entender se a administração de Obama foi capaz de preservar a estrutura da liderança dos Estados Unidos em cada uma das esferas propostas. Na esfera econômica, pode-se perceber que os Estados Unidos seguiram em uma escalada de financeirização da economia, fato comprovado quando se observa o constante aumento no endividamento das famílias, das empresas e do Governo e ao analisarmos a composição do PIB

norte-americano, que demonstra uma maior relevância de receitas provindas do setor financeiro em relação àquelas que são fruto do setor de produtivo, durante o período analisado. Apesar disso, os Estados Unidos ainda foram capazes de manter a centralidade econômica, se colocando ainda como maior detentor de recursos financeiros mundiais, o que se reflete no fato de deter o maior PIB do mundo, além de ser sede das principais empresas e bancos em operação na economia mundial. Considerando, portanto, a expansão financeira que caracteriza o momento vivido pelos Estados Unidos sob a administração de Obama, e aceitando a tese da evolução das fases que conformam uma hegemonia, a perspectiva é de que essa centralidade se torne insustentável ao longo das décadas seguintes.

Na esfera militar, os fracassos no Iraque e no Afeganistão, iniciados no governo Bush, não condicionaram o retraimento da presença militar norte-americana no mundo. Ao contrário, esta foi intensificada durante a administração Obama, com a abertura de novas frentes na Guerra ao Terror, como a Líbia e a Síria. Não obstante, o reconhecimento da China como principal rival sistêmico levou o governo a declarar a Ásia-Pacífico como região prioritária de suas ações estratégicas. Por mais que o país asiático venha empreendendo um esforço significativo de modernização militar, os Estados Unidos seguem sendo, indiscutivelmente, a maior potência militar do planeta, o que, ao menos quantitativamente, foi mostrado quando comparadas as capacidades militares marítimas dos dois países entre 2008 e 2016.

Na esfera normativo-institucional observou-se um empenho de Obama em reverter a posição de descrédito dos Estados Unidos na esfera das Nações Unidas, fruto das políticas de Bush que deslegitimaram a organização. A efetivação da intervenção na Líbia somente após a aprovação pelo Conselho de Segurança é um exemplo disso. Não obstante, nota-se, principalmente como reflexo da crise de 2008, a gestação de um arcabouço institucional liderado pela China, em especial no campo da economia. Por mais que a literatura aponte este esforço chinês como um movimento no sentido de complementar a ordem vigente, baseada nas instituições criadas pelos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, este cenário indica uma gradual defasagem na capacidade norte-americana em coordenar com facilidade as regras que regem a interação entre os componentes do Sistema Internacional.

Levando em consideração as observações feitas acerca dos três componentes do tripé hegemônico e as evoluções percebidas nesses durante a administração de Obama, concluímos que os Estados Unidos ainda se mantiveram em posição central no sistema-mundo capitalista até 2016. Apesar disso, percebe-se uma gradual fragilização da hegemonia americana em duas das três esferas do tripé, que, ainda que não suficientes para minar a centralidade dos Estados

Unidos, trazem pontos de atenção materializados no enfraquecimento econômico e na diminuição da percepção do país como portador de um interesse geral a ser seguido, em concomitância com a diminuição das assimetrias entre Estados Unidos e China.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Michael A.; FLYNN, Michael E.; MARTINEZ MACHAIN, Carla. **US global military deployments, 1950–2020**. Conflict Management and Peace Science, v. 39, n. 3, p. 351-370, 2022.

ARIENTI, Wagner L; FILOMENO, Felipe A. **Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi**. Ensaios FEE, Porto Alegre, vol. 28, n. 1, p. 99-126, julho de 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996. 408 p.

_____; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001. 336 p.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **The End of the Long Twentieth Century**. In: CALHOUN, Craig; DERLUGUIAN, Georgi. **Business As Usual: The Roots of the Global Financial Meltdown**. Nova Iorque: New York University Press, 2011. 314 p.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo Organizador; SILVA FILHO, Edison Benedito da Organizador; PINTO, Eduardo Costa Organizador. **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. 2015.

BANDEIRA, Luiz A. M. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. 856 p.

_____. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégia dos Estados Unidos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 714 p.

BIDDLE, Stephen; OELRICH, Ivan. **Future warfare in the Western Pacific: Chinese antiaccess/area denial, US airsea battle, and command of the commons in East Asia**. International Security, v. 41, n. 1, p. 7-48, 2016.

BRAUDEL, Fernand; WALLERSTEIN, Immanuel. **History and the Social Sciences: The Longue Durée**. Nova York: Research Foundation of State University of New York; Fernand Braudel Center; Vol. 32, No. 2, COMMEMORATING THE LONGUE DURÉE (2009), pp. 171-203

BYERS, Michael. **A lei da Guerra**. Rio de Janeiro : Record, 2007. 263 p.

CECILIO, Marco Bulhões. **Fernand Braudel no mundo contemporâneo e a acumulação acelerada de riquezas: economia de mercado e capitalismo como opostos?** Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2012.

CHASE-DUNN, Christopher K. **Global formation: structures of the world-economy**. Cambridge, Massachusetts: Library of the Congress. 1998. 452 p.

CONLEY, Richard S. **Presidential Leadership and National Security: The Obama Legacy and Trump Trajectory**. Nova Iorque: Routledge, 2018. 240 p.

COX, Robert W. **Gramsci, Hegemony, and International Relations: An Essay in Method**. In *Approaches to World Order*, edited by Robert W. Cox and Timothy Sinclair, 124–43. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DORNELLES JR, Arthur Coelho. **A modernização militar da China e a distribuição de poder no Leste Asiático**. *Contexto Internacional*, v. 36, p. 145-170, 2014.

FRED. *Nonfinancial Corporate Business; Debt Securities and Loans; Liability, Level*. St. Louis, MO: Federal Reserve Bank of St. Louis, 2022. Disponível em: <<https://fred.stlouisfed.org/series/BCNSDODNS#>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 494 p.

HENDLER, Bruno. **Ônus e bônus da Guerra ao Terror**. Custos para os EUA e ganhos relativos da China em tempos de mudança no sistema-mundo moderno. Brasília: UnB/IREL, 2012.

HOBDEN, Stephen. HOBSON, John M. **Historical Sociology of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 328 p.

IKENBERRY, G. John. **Why the liberal world order will survive**. *Ethics & International Affairs*, v. 32, n. 1, p. 17-29, 2018.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance: 2008** *International Institute for Strategic Studies Press*, Londres, v. 108, n. 1, p. 4-496, fev./2008. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/loi/tmib20>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance: 2009** *International Institute for Strategic Studies Press*, Londres, v. 109, n. 1, p. 5-488, jan./2009. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/loi/tmib20>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance: 2010** *International Institute for Strategic Studies Press*, Londres, v. 110, n. 1, p. 5-492, fev./2010. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/loi/tmib20>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance: 2011** *International Institute for Strategic Studies Press*, Londres, v. 111, n. 1, p. 5-496, mar./2011. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/loi/tmib20>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance: 2012** *International Institute for Strategic Studies Press*, Londres, v. 112, n. 1, p. 5-504, mar./2012. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/loi/tmib20>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance: 2013** *International Institute for Strategic Studies Press*, Londres, v. 113, n. 1, p. 5-572, mar./2013. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/loi/tmib20>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. *The Military Balance: 2014*. **International Institute for Strategic Studies Press**, Londres, v. 114, n. 1, p. 5-504, fev./2014. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/loi/tmib20>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. *The Military Balance: 2015*. **International Institute for Strategic Studies Press**, Londres, v. 115, n. 1, p. 5-504, fev./2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/loi/tmib20>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. *The Military Balance: 2016*. **International Institute for Strategic Studies Press**, Londres, v. 116, n. 1, p. 5-504, fev./2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/loi/tmib20>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

KAUFMAN, Robert G. **Prudence and the Obama Doctrine**. *Orbis*, v. 58, n. 3, p. 441-459, 2014.

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence**. 3 Ed. Grupo Editora Longman. 1998. 368 p.

KUOK, Lynn. **The US FON Program in the South China Sea**. *East Asia Policy Paper*, v. 9, p. 1-31, 2016.

MANYIN, Mark E., et al. **"Pivot to the Pacific? The Obama Administration's" Rebalancing" Toward Asia.** Library of Congress Washington DC Congressional Research Service, 2012.

MENDEZ-CHACON, Esteban; VAN PATTEN, Diana. **Multinationals, Monopsony, and Local Development: Evidence from the United Fruit Company**. UCLA, 2021.

MOREIRA Jr., Hermes. **A política de Inovação do Governo Obama como Estratégia de Recuperação Econômica e Manutenção da Liderança Internacional**. Rio de Janeiro: OIKOS, Vol. 15, n. 2, 2016, pp. 21-35.

PANKO, Raymond R. **IT employment prospects: beyond the dotcom bubble**. In *European Journal of Information Systems*, 17:3, 182-197, 2008. DOI: [10.1057/ejis.2008.19](https://doi.org/10.1057/ejis.2008.19)

STIMSON. **US Global Force Posture and US Military Operations Short of War**. Washington, D.C: The Stimson Center, 2021. Disponível em: <<https://www.stimson.org/2021/us-global-force-posture-and-us-military-operations-short-of-war/>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

STUENKEL, Oliver. **O Mundo Pós-Occidental: Potências Emergentes e a Nova Ordem Global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 251 p.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. **Grande Estratégia e Modernização Militar da China Contemporânea**. *Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica*, v. 12, n. 2, p. 11-26, 2019.

THE WORLD BANK. **Military expenditure (current USD) - United States**. Washington, D.C: The World Bank Data, 2022. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD?locations=US&name_desc=false>. Acesso em: 15 jul. 2022.

THE WORLD BANK. Military expenditure (% of GDP) - United States. Washington, D.C: The World Bank Data, 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=US&name_desc=false>. Acesso em: 15 jul. 2022.

THE WORLD BANK. World Bank Open Data. Washington, D.C: The World Bank Data, 2022. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

TRADING ECONOMICS. United States GDP Growth Rate. New York, NY: Trading Economics, 2022. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/united-states/gdp-growth>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

TRADING ECONOMICS. United States Gross Federal Debt to GDP. New York, NY: Trading Economics, 2022. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/united-states/government-debt-to-gdp>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

TRADING ECONOMICS. United States Industrial Production. New York, NY: Trading Economics, 2022. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/united-states/industrial-production>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

TRADING ECONOMICS. United States Unemployment Rate. New York, NY: Trading Economics, 2022. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/united-states/unemployment-rate>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE. Interactive Access to Industry Economic Accounts Data. Suitland, MD: Bureau of Economic Analysis, 2022. Disponível em: <<https://apps.bea.gov/iTable/iTable.cfm?reqid=150&step=2&isuri=1&categories=gdpind>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

VIEIRA, Pedro Antônio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin. **O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 327 p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno Volume I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Edições Afrontamento, 1974. 410 p.

WATANABE, **Segurança e Política Externa do Japão no Pós-Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2015. 226 p.